

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 20 DE SETEMBRO DE 2007

NÚMERO 5.785

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1800
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 073ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 18/09/20072
Ata da 019ª Sessão Solene da
16ª realizada em 18/09/2007 às
19h19

Publicações Diversas

Ata das Comissões
Permanentes22
Projetos de Lei.....24
Projeto de Lei Complementar
.....25
Projetos de Resoluções.....27
Resolução27
Redações Finais.....28

PLENÁRIO

ATA DA 073ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Hermeus de Nadal - Jailson Lima - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO VALMIR COMIN - Registra a convenção do PP; Apresenta relatório de atividades na barragem do rio do Salto.
DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito de Monte Carlo, Gilmar Antônio Huber.
DEPUTADA ODETE DE JESUS - Comemora primeira turma de pré-vestibular gratuito para alunos da rede pública.
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Anuncia investimento do grupo Aurora no estado de Santa Catarina; aborda projeto que proíbe uso de celulares nas escolas públicas; regozija-se com o a festa para o deputado Mauro Mariani em Joinville..

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Informa a implantação de computadores nas escolas do interior do nosso estado.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (aparte) - Parabeniza projeto do deputado Antônio Aguiar e diz que uso de celulares atrapalha o desempenho do aluno.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Fala do evento do PMDB realizado em Joinville, com a participação do deputado Mauro Mariani.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Deseja boas-vindas ao deputado Mauro Mariani no seu novo domicílio eleitoral.

Partidos Políticos

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reporta-se à mudança de domicílio eleitoral do deputado Mauro Mariani.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Fala sobre a tríplice aliança.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Convida parlamentares para comparecerem ao encontro pró-ferrovia que acontecerá em Rio do Sul.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Enfatiza a importância da reativação da malha ferroviária catarinense.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Parabeniza deputado Rogério Mendonça pelo seu pronunciamento referente à reimplantação da malha viária no estado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Reafirma a reedição da tríplice aliança em Joinville.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Concorda com a reedição da tríplice aliança.

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Relata a viagem que fez aos Estados Unidos para tratar dos imigrantes clandestinos.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Chama a atenção das pessoas que saem em busca de melhores condições de vida.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Parabeniza o deputado Clésio Salvaro pelo seu trabalho em prol dos catarinenses que tentam a vida no exterior.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Anuncia os novos investimentos do PAC no estado e elogia o governo Lula.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Sauda a comitiva de Joinville que veio à Alesc para a homenagem ao prefeito Marco Tebaldi.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Chama a atenção para o êxodo rural nos pequenos municípios catarinenses.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Mostra matéria veiculada na imprensa com graves denúncias de Dejanir Dalpasquale sobre corrupção no estado.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Critica o governo em função do depoimento de Dejanir Dalpasquale.

Ordem Do Dia

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pede a rejeição do parecer da comissão de Constituição e Justiça ao PL n.0150/2007.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Comunica que não vai discutir o parecer ao PL.0150/2007.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Solicita rejeição do parecer da comissão de Constituição e Justiça ao PL n.0150/2007.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Crítica posicionamento do deputado José Natal com relação ao PL n. 0150/2007.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sugere aos parlamentares votarem contra o parecer da comissão de Constituição e Justiça ao PL n.0150/2007.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Solicita permissão ao deputado Edson Piriquito para subscrever a Indicação n. 0570/2007.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Registra a presença do vereador Jonas Vambömmel, de Águas Mornas e do Rogério Vambömmel, líder do município.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Solicita subscrever a Indicação n. 0574/2007, de autoria do deputado Pedro Baldissera.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Solicita subscrever a Indicação n. 0574/2007, de autoria do deputado Pedro Baldissera.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute pedido de informação de sua autoria, a ser enviado ao presidente da Celesc, solicitando informações sobre os blecautes ocorridos recentemente em Laguna.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Discute pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao presidente da Celesc, solicitando informações sobre os blecautes ocorridos recentemente em Laguna.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Discute pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao presidente da Celesc, solicitando informações sobre os blecautes ocorridos recentemente em Laguna.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Discute pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao presidente da Celesc, solicitando informações sobre os blecautes ocorridos recentemente em Laguna.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Discute pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao presidente da Celesc, solicitando informações sobre os blecautes ocorridos recentemente em Laguna.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Declara seu voto favorável à aprovação do pedido de informação referente à Celesc.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Encaminha o voto favorável ao pedido de informação que solicita esclarecimentos à Celesc acerca dos blecautes em Laguna.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Afirma reconhecer o trabalho dos funcionários da Celesc.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra a presença do prefeito, da primeira-dama, de secretários e toda a comitiva da cidade de Joinville.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Saulo Sperotto, de Caçador.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Fala sobre a falta de repasse de ICMS aos municípios.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Convida o presidente da Fecam e o secretário da Fazenda para esclarecimento da receita de ICMS nos municípios.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Esclarece a questão do repasse do ICMS e dos fundos estaduais.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Apresenta dados do IBGE, que apontam que 105 municípios perderam população em Santa Catarina.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Fala do projeto de inclusão das pessoas portadoras de deficiência visual.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Chama a atenção para a situação da segurança pública na cidade de Imbituba; fala da importância de discutir o problema de pedágio nas rodovias federais de Santa Catarina.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Crítica o deputado Joares Ponticelli; aborda a Semana Nacional do Trânsito e a educação dos jovens nessa área.

DEPUTADO ELIZEU MATOS - Faz um apelo em prol da melhoria do trânsito brasileiro.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença do sargento Casagrande, que prestou relevantes serviços por Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

Antes, porém, gostaria de saudar o vereador e professor Fernando, que representa o município de Mafra, juntamente com a professora Simone, o Éder e o Luciano.

Levem o nosso abraço ao sr. João Alfredo Herbst, prefeito municipal de Mafra, e sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna, na tarde de hoje, para registrar, com satisfação, a convenção do Partido Progressista que ocorreu no domingo próximo passado, com a recondução de Adriano Rota à presidência do nosso glorioso Partido Progressista Jovem. A convenção, com a participação efetiva de representantes dos 293 municípios do estado de Santa Catarina, realizada no plenarinho desta Casa, foi coroada de total êxito, fortalecendo ainda mais essa nossa agremiação e primando sempre pelos valores da nossa juventude progressista.

Também na data de ontem tivemos a reestruturação do nosso diretório, com a recondução do eminente deputado, nosso grande líder, Joares Ponticelli, e de praticamente toda a equipe, com exceção do nosso amigo Genésio Spillere, que deixa o cargo de segundo-vice-presidente, assumindo em seu lugar o prefeito de Três Barras, Luiz Divonsir Shimoguirí.

Com a presença maciça dos progressistas, tivemos o comparecimento dos 293 presidentes de diretórios, vereadores, deputados estaduais e deputados federais. Tivemos também a presença do nosso grande líder, Esperidião Amin, e do nosso hoje e sempre deputado federal e estadual, agora secretário nacional do ministério das Cidades, Leodegar Tiscoski, que exerce uma grande função, com um orçamento de R\$ 12 bilhões para ser aplicado até o final do ano no governo Lula.

Esse recurso é de fundamental importância, principalmente no estado de Santa Catarina, um estado litorâneo, onde apenas 12% do esgoto são tratados. Vejam v.exas. que temos um estado eminentemente turístico, mas em que ainda restam ser executados 88% de saneamento básico!

Então, isso precisava ser registrado com muita ênfase, e falo com muito orgulho por pertencer a esse glorioso partido, o Partido Progressista, que hoje ultrapassa 1,3 milhões de filiados em nível de Brasil, amigo deputado Silvio Dreveck. Santa Catarina já ultrapassa a casa dos 135 mil filiados e queremos atingir a meta dos 150 mil, passando a ser o segundo estado no país com maior número de filiações.

Gostaria, na condição de presidente do fórum parlamentar permanente que acompanha a implementação da barragem do rio Salto, em Timbê do Sul, no extremo sul catarinense, em que tenho a satisfação de ter como vice-presidente o eminente amigo, deputado Manoel Mota, e como relator o deputado Décio Góes, juntamente com os demais integrantes deste fórum quero comunicar que recebi uma correspondência do sr. Valmir Humberto Piacentini, diretor de Projetos Especiais da Casan, com o seguinte teor:

(Passa a ler)

"[...]"

Senhores Deputados,

Cumprimentando-os cordialmente, cumpre-me informá-los sobre o andamento das atividades relativas ao Projeto da Barragem do Rio do Salto, a saber:

Foi realizado processo licitatório através de Carta-Convite para contratação de empresa especializada em Levantamentos Topográficos tendo como objeto o 'Levantamento Topográfico e cadastral de toda a área de influência da barragem do Rio do Salto', estando previsto um prazo de 75 dias para a elaboração dos serviços.

A abertura das propostas se deu no dia 14-09-2007, sendo que nos cinco dias úteis subsequentes se dá o prazo para recursos, se houver razões por parte dos participantes. Após este prazo, o processo deverá ser homologado e contratada a empresa vencedora para a execução dos serviços.

Por orientação do Ministério da Integração, na formulação do novo Plano de Trabalho para o Convênio a ser firmado, os estudos complementares para o EIA-RIMA não mais serão parte integrante destes. Desta forma, a CASAN preparou Termo de Referência e deverá realizar em breve o processo licitatório para contratação destes estudos.

Sendo o que se apresenta para o momento, esperamos ter atendido sua solicitação e renovando nossos votos de consideração e apreço, ficamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizeram necessários.[...]"[sic]

Eu acredito, sr. presidente e deputado Décio Góes, v.exa. que é o relator dessa comissão, que a Casan passa agora a ter um pouco mais de respeito para com este Parlamento, coisa que não vinha fazendo. Prova disso foi a audiência que provemos através do fórum, e o diretor Valmir Humberto Piacentini assumiu o compromisso de, num prazo de dez dias, entregar a esta Casa, na comissão, um relatório com o cronograma de audiências e de todos os procedimentos em andamento atualizados, com relação ao processo da barragem do rio São Bento.

Passaram de mais de 50 dias, praticamente dois meses, sem termos notícia, o que achamos ser um ato até de desrespeito com este Parlamento. Acho que é preciso haver responsabilidade desta empresa nos seus trabalhos, nas suas atividades, respeitando, com certeza, este Poder fiscalizador. Nós estamos aqui para criar leis, esta Casa é a caixa de ressonância da sociedade e como tal deve exercer a sua função fiscalizadora e trazer aqui os anseios da sociedade e transformá-los em lei.

Espero que doravante a presidência da Casan, através da sua administração, possa manter este contato efetivo e permanente com a Assembléia Legislativa, para que possamos, num espaço breve, ver essa obra iniciada e concluída.

Essa obra tem um custo estimado de R\$ 71,650 milhões; os recursos já estão assegurados junto ao Proágua Nacional e demonstram uma contrapartida de R\$ 8,2 milhões para 2007; R\$ 25 milhões para 2008 e R\$ 20 milhões para 2009, totalizando R\$ 53,200 milhões, com a contrapartida do estado de 20%, através da Casan.

A obra vai, com certeza, além de regularizar a vazão do rio, evitar o problema das enchentes que temos no vale do Araranguá, principalmente no município de Araranguá, onde todo ano, em toda enxurrada, centenas de famílias ficam desabrigadas.

Além do potencial turístico que se vai desencadear naquela região, naquela encosta de divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, será um incentivo à nossa rizicultura, pois hoje temos aproximadamente 150 mil hectares de arroz irrigado no estado, sendo que no sul estão mais de 85 mil hectares. Temos também a rizipiscicultura, o cultivo de alevinos, de peixes, e o frigorífico do peixe. O filé de tilápia é colocado na merenda escolar e disponibilizado, através dos supermercados, a toda a população catarinense e brasileira.

Por isso estamos apreciando todos esses procedimentos com olhos atentos, firmes, na certeza da participação efetiva do governo federal, com a contrapartida do governo do estado, para que efetivamente possamos ver esse sonho realizado o mais breve possível.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, queremos registrar a presença, nesta Casa, do vice-prefeito de Monte Carlo, sr. Gilmar Antônio Huber, que está-nos prestigiando na tarde de hoje.

Portanto, o nosso abraço ao povo de Monte Carlo e também ao vice-prefeito aqui presente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrita para falar a eminente deputada Odete de Jesus, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, nosso amigo deputado Antônio Aguiar, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, funcionários que acompanham os nossos trabalhos, imprensa falada, escrita e televisada e amigos telespectadores que são assíduos em acompanhar o nosso trabalho aqui na Assembléia Legislativa, antes de fazer o meu pronunciamento, quero parabenizar o Partido Progressista pela brilhante convenção que realizou, ontem, no Auditório Antonieta de Barros.

Eu fui convidada - e convite nunca se recusa - fiz-me presente, revi os colegas de bancada anterior, uma vez que já pertenci ao Partido Progressista, e levei o meu apreço, carinho e abraço.

Parabéns ao deputado Joares Ponticelli por novamente ser conduzido à presidência estadual do Partido Progressista. Ele tem brilhado nesta Casa, feito o seu papel de grande líder e tornou-se uma figura importantíssima para o estado de Santa Catarina. Assim, eu não poderia deixar de registrar os meus parabéns também a todo o Partido Progressista!

Iniciaram agora as convenções em todos os partidos. A nossa será no próximo mês e vamos mandar convites a todos os srs. líderes com assento nesta Casa e também às outras agremiações partidárias que ainda não têm assento na Assembléia Legislativa. O convite será estendido a todos os partidos.

Sr. presidente, hoje quero falar um pouquinho sobre uma parte importante na vida de uma pessoa, deputado Valmir Comin: a palavra. A palavra já vem da Bíblia Sagrada, desde o início da existência do universo. Quando Deus disse, com a sua palavra, haja luz, houve luz e assim por diante.

Outrora, no passado, não havia um contrato assinado, mas havia apenas o empenho da palavra e as coisas aconteciam. Eu procuro manter a minha palavra. Sou mulher, graças a Deus, mãe, dona-de-casa e represento uma leva muito grande de eleitores, quase 40 mil. E quando dou a minha palavra, tenho que a manter. Não preciso assinar nada.

Jamile, você que é uma mulher que briga nesta Casa, que está aqui sempre atendendo os deputados e cuidando da parte da imprensa, quero chamar a sua atenção. Existe na Constituição, deputados Manoel Mota e Sílvio Dreveck, o Capítulo III, que fala da educação. E o art. 205 diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." [sic]

É dever do estado que as nossas crianças e os nossos jovens tenham um ensino de qualidade gratuito. A minha lei, que foi aprovada em 2002, ficou na gaveta durante cinco anos, mas nunca perdi a esperança que um dia as coisas acontecessem, que um dia chovesse na minha horta!

Ela teve a aprovação dos 40 parlamentares e, graças a Deus, aconteceu algo! Conversei com o secretário na quarta-feira, na reunião da comissão de Finanças, ele deu a sua palavra e foi um estalar de dedos, igual a colocar o dedo no interruptor para acender a luz: apertou o dedo, acendeu a luz!

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Quero agradecer à Rede Record, que nos deu a oportunidade de divulgar aquilo que é importante e citar o nome dos professores gabaritados, escolhidos a dedo, pois são pessoas altamente competentes: Lurdes Richetti, de Língua Portuguesa; José Cupertino da Silva Neto, de Física; Amauri Vieira, de Matemática; Roberto Ferreira, de Biologia; e Gilmar, de Química.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputada. Parabenizo-a, realmente, por esse projeto maravilhoso que irá beneficiar muitos jovens do estado de Santa Catarina, oportunizando-os a entrar numa universidade.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, sem dúvida, é muito importante o nosso posicionamento hoje, principalmente porque trata da nossa região, o planalto norte.

Mas antes de fazermos o nosso pronunciamento, gostaríamos de agradecer ao eminente deputado Herneus de Nadal, que teve que se ausentar do plenário e concedeu-nos esta oportunidade de falar do planalto norte a todos os catarinenses.

Ontem, em Chapecó, estivemos reunidos com o grupo Aurora, juntamente com o prefeito Leoberto Weinert, de Canoinhas; com o secretário Regional Edmilson Luiz Verka; com o secretário da Fazenda, Sérgio Alves, que muito contribuiu na reunião, e com o secretário do Desenvolvimento Sustentável, Jean Kuhlmann. Portanto, o governo do estado de Santa Catarina esteve presente para apoiar o investimento do grupo Aurora no estado de Santa Catarina. Tivemos a oportunidade de debater as condições que Santa Catarina oferece aos investidores e acreditamos que o grupo Aurora, por ser genuinamente catarinense, sem dúvida nenhuma deverá olhar com carinho para que esse investimento aconteça no nosso estado, mais precisamente no município de Canoinhas, o qual represento.

Gostaríamos de dizer que a próxima rodada será na quinta-feira e que estaremos atentos, juntamente com a Celesc, através do seu presidente, Eduardo Pinho Moreira, para oferecer a energia necessária à instalação do grupo Aurora no planalto norte, que vai causar, sem dúvida nenhuma, um grande desenvolvimento àquela região.

Queremos ainda nos referir a um projeto por nós apresentado, que versa sobre o uso do telefone celular nas escolas. Este deputado apresentou um projeto de lei no sentido de conscientizar o estudante sobre a utilização do telefone, visando melhorar o nível de aproveitamento dos alunos nas escolas. Sem dúvida, os professores serão os nossos fiscais. Temos que dar força e mais autoridade aos professores em sala de aula, já que são educadores e que vão formar o caráter das crianças, o caráter do futuro pai de família, enfim, vão formar o ser humano como um todo, nas escolas.

O projeto que faz com que a telefonia celular em sala de aula seja proibida visa melhorar a concentração do aluno, que hoje é dispersa por torpedos, mensagens, fotos, colas. Enfim, todo o meio de comunicação usado pelo telefone celular traz prejuízo à educação.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte ao eminente deputado líder no oeste.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Sem dúvida, v.exa. traz dois assuntos importantes. Eu vim dar este aparte para me referir ao primeiro assunto, mas o segundo é tão ou mais importante que o primeiro.

Sobre a questão da informática junto às nossas escolas, quero dizer que, quando estive à frente da secretaria da Agricultura, tive a oportunidade, com o apoio do governador Luiz Henrique, de implantar computadores nas escolas do interior do nosso estado, numa parceria com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, para que se pudesse levar a internet ao pessoal do interior. Isso deu ao jovem estudante do interior a oportunidade de buscar informações e fazer os deveres de aula buscando informações contidas nessa rede.

Quanto ao seu primeiro assunto, quero dizer o seguinte: que bom que temos um governo, que bom que temos um deputado, que bom que temos uma cooperativa que pensa em distribuir melhor a produção. Veja v.exa. que o oeste de Santa Catarina tem na suinocultura e na avicultura a mola propulsora do desenvolvimento, mas tem também, junto com a concentração da produção, as dificuldades do meio ambiente.

Hoje uma indústria se instalando na região do planalto norte, ela vai estar onde há a produção de cereais e dará uma diversificação àquela região que tem pouca estrutura ainda na avicultura e suinocultura, mas um grande potencial de desenvolvimento.

V.Exa. está chefiando isso e pode contar, mesmo já tendo o apoio do governador, com o nosso apoio, porque entendemos que estamos ajudando o estado a se destacar ainda mais nessa atividade.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Agradecemos o aparte do deputado Moacir Sopelsa, ex-secretário da Agricultura, que tem competência para falar sobre o assunto.

Gostaria de parabenizar a deputada Odete de Jesus pelo brilhante projeto apresentado e dizer que acreditamos que o cursinho em nível público tem que ser fortalecido.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. também está de parabéns. Eu falo na qualidade de educadora e posso dizer que a criança vai ter mais condições de se preparar para o mercado de trabalho.

V.Exa. é um deputado que preza muito a família, o bem-estar da juventude e das crianças. E v.exa. merece nota dez por ter elaborado esse projeto proibindo a circulação de celulares dentro da sala de aula. Eu amo o número dez, como professora. E quero dizer que quando o professor está explanando um assunto, quer que o aluno possa absorvê-lo e o celular atrapalha. V.Exa. foi muito inteligente em elaborar esse projeto! Parabéns a v.exa.!

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputada.

Quero também me reportar ao que aconteceu neste final de semana, no planalto norte, na cidade de Joinville, onde estivemos, juntamente com o deputado Mauro Mariani, fazendo o seu domicílio eleitoral. Houve lá a filiação de 1.600 peemedebistas, um fato histórico para Santa Catarina, com a presença do governador Luiz Henrique da Silveira e do presidente do partido, Eduardo Pinho Moreira.

Tivemos em Joinville uma grande reunião, na qual as pessoas presentes filiaram-se ao PMDB com entusiasmo, com dedicação e com coragem para, sem dúvida nenhuma, apresentar uma nova opção ao município de Joinville. Acreditamos que Mauro Mariani vai, sim, desempenhar a sua função, uma vez que foi por duas vezes prefeito de Rio Negrinho e o deputado federal mais votado na história de Santa Catarina, pelo PMDB.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Nobre deputado, gostaria de cumprimentar v.exa. e parabenizar o PMDB pelo trabalho fantástico, extraordinário que executou em Santa Catarina, domingo, dia 15, com a participação de toda a região. Inclusive, quero também cumprimentar o deputado Mauro Mariani, que se domiciliou em Joinville, num encontro com mais de três mil pessoas. Não houve mobilização, foi um encontro realizado por livre e espontânea vontade das pessoas.

Por isso, cumprimento o grande secretário e político Mauro Mariani, pois penso que não foi uma festa, mas um *show* com a presença de s.exa. Foi um grande encontro, com a presença do governador Luiz Henrique, que marcou a história do dia 15 em Joinville.

Cumprimento v.exa. por levantar esta questão! E quero dizer que o PMDB marcou muitos pontos nesse dia memorável, que foi o dia 15. Quer dizer, o 15 marcando o 15. Evidentemente, foi um dos grandes encontros em toda Santa Catarina.

Parabéns a toda Joinville por esse dia memorável!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Foi um grande encontro, sem dúvida nenhuma!

Concedo o aparte ao nobre deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Sr. deputado Antônio Aguiar, quero, em nome do Partido Progressista de Joinville, desejar que o deputado Mauro Mariani seja bem-vindo àquela cidade.

Eu sei que nos vamos encontrar no momento eleitoral, mas quero dizer, sinceramente, que enquanto os membros da tríplice aliança estão espantando, nós estamos dizendo: seja bem-vindo, deputado Mauro Mariani!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes, sem dúvida nenhuma, Mauro Mariani agradece.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao Democratas.

Inscrito para falar o sr. deputado Darci de Matos, a quem concedo a palavra por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sra. presidente, desejo saudar os srs. deputados e sras. deputadas, os telespectadores que nos acompanham assiduamente pela TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Srs. deputados, não poderia deixar de fazer menção às colocações feitas anteriormente pelo nobre deputado Manoel Mota e pelo eminente deputado e amigo Antônio Aguiar e dizer que nós, de Joinville, queremos dar as boas-vindas ao deputado Mauro Mariani. Tenho certeza de que nesse curto espaço de tempo até as eleições ele terá condições de conhecer a nossa cidade, que é complexa, grande, com qualidade de vida, mas com muitos problemas.

O PMDB fez uma festa maravilhosa em Joinville, no bairro Ademar Garcia, que é um bairro da periferia de Joinville. O deputado Kennedy Nunes conhece o bairro Ademar Garcia, que asfaltamos, ou seja, o prefeito Marco Antônio Tebaldi fez um trecho de três quilômetros de asfalto. Enfim, a festa foi realmente maravilhosa, com costela e música. Acho que esses momentos políticos também se caracterizam por festas. Foi, sem dúvida, uma concentração importante.

Agora, mais do que isso, deputado Manoel Mota, a tríplice aliança começou em Joinville. V.Exa. sabia disso? A tríplice aliança teve origem no município de Joinville com a adesão do PFL à eleição do prefeito Marco Antônio Tebaldi. Lembra, deputado Kennedy Nunes? E com a participação do PSDB, no primeiro turno, com o vice Rodrigues Bornholdt, do PMDB. Hoje, o dr. Rodrigues Bornholdt saiu do PMDB porque se desentendeu com o governador Luiz Henrique da Silveira. E naquele momento fizemos a tríplice aliança, deputado Antônio Aguiar, porque entendemos que era melhor para Joinville e para o nosso partido. E não sei por que motivo, deputado Kennedy Nunes, e as pessoas às vezes mudam, todas as grandes lideranças peemedebistas diziam que a tríplice aliança era a solução. E para o governo do estado nós só ganhamos a eleição em virtude da tríplice aliança. Se o PFL não tivesse aderido à eleição do governador Luiz Henrique da Silveira, nós teríamos perdido a eleição em Santa Catarina.

Estou falando alguma injustiça, alguma inverdade? Não! Alguém nega isso? Não! E nós compusemos a tríplice aliança, coordenada pelo senador Jorge Bornhausen, pelo presidente Julio Garcia, pelo senador Raimundo Colombo e ganhamos as eleições honradamente, merecidamente. E vamos construir um governo democrático, inteligente, sensível, pragmático, com muita honra.

Agora, num passe de mágica, a tríplice aliança não serve mais para Joinville, deputado Kennedy Nunes! Serviu na eleição municipal, deputado Antônio Aguiar e deputado Peninha; serviu na eleição do governo do estado e agora não. Agora não é mais conveniente. Agora não podemos fazer mais a tríplice aliança, quer dizer, agora mudou! Eu não mudo! Eu toco a minha vida numa linha reta, por isso fiz 7.400 votos em Joinville para vereador, quando fui um dos mais votados da história de Joinville e fui o mais votado da história de Joinville para deputado estadual, com 40.800 votos, porque não mudo!

A tríplice aliança era importante na eleição de prefeito, na chapa do governador Luiz Henrique da Silveira. A tríplice aliança era importante para o governo do estado e continua sendo importante para mim. Se algumas pessoas mudaram, ou mudam conforme as nuvens, conforme o vento, por conveniência, nós não mudamos, nós somos os mesmos. A nossa linha é uma só. E digo mais, deputado Kennedy Nunes, v.exa., certamente, estará do que vou dizer: ou nos entendemos e unimo-nos, ou vamos perder a eleição no município de Joinville por conta de ações inconseqüentes de muitos líderes daquele município, que não estão analisando com realismo, com racionalidade e com inteligência o quadro político.

Essas são minhas colocações! Não estamos tratando de um município pequeno, estamos tratando de coisa séria, deputado Manoel Mota, muito séria! Está certo, não é um município de cinco mil habitantes, de dez mil habitantes, de 50 mil habitantes ou de 100 mil habitantes. Por isso, fico chateado quando alguns deputados, às vezes, até ironizam o quadro de Joinville, deputado Peninha. A eleição de Joinville é coisa séria! É coisa para gente grande! É um colégio eleitoral de 340 mil eleitores. Não podemos brincar porque a eleição de Joinville determina a eleição do governo do estado. Essa é a minha

colocação! E sou um soldado! Fui o mais votado da história de Joinville e se não der certo a eleição de Joinville, volto para minha tribuna sagrada, para minha cadeira. Agora, repito: ou nos unimos e fazemos política com seriedade no município de Joinville, ou perderemos as eleições, deputado João Henrique Blasi. E continuo defendendo, como sempre defendi, a tríplice aliança, que teve origem no município de Joinville, e que deu a eleição ao governo do estado. Agora mudaram, não sei por que e quais os motivos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, eu entendo quando v.exa. fala que a tríplice aliança começou em Joinville e pelo que estou vendo, começa o fim dela também em Joinville. Mas v.exa. e os participantes da tríplice aliança têm que lembrar que existem quatro pessoas que fizeram essa tríplice aliança. E nesses quatro municípios essas quatro pessoas não vão deixar que a decisão saia da mão delas. Para um bom entendedor, meia palavra basta.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Inscrito para falar o sr. deputado Rogério Mendonça, a quem concedemos a palavra por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sra. presidente, sras. e srs. deputados, ocupo este espaço do meu partido para falar sobre um grande encontro, diríamos assim, que teremos lá em Rio do Sul, nesta próxima quinta-feira.

Nós teremos em Rio do Sul, lá na Unidavi, às 19h, um encontro pró-ferrovia e quero aproveitar para convidar todas as sras. e srs. deputados para lá estarem, nesse encontro pró-ferrovia, um grande movimento para a construção da ferrovia ligando o oeste de Santa Catarina ao litoral, com a reconstrução da nossa malha viária, que na década de 70 nós já tínhamos, ligando a cidade de Trombudo Central, lá no Alto Vale do Itajaí, ao litoral. Então, quero convidar as sras. e os srs. deputados desta Casa para comparecerem a esse encontro.

Srs. deputados, não sabemos até hoje por que aconteceu essa mudança do modelo de transporte ferroviário para rodoviário, com prejuízo, sem dúvida alguma, para toda Santa Catarina.

Neste encontro que acontecerá em Rio do Sul, deputado Sargento Amauri Soares, para o qual convido v.exa., que também representa o Alto Vale do Itajaí, estarão presentes os prefeitos de todos os municípios da região, os representantes das associações municipais, a nossa associação municipal, a Amavi, as associações empresariais, o governador Luiz Henrique, o senador Raimundo Colombo, representantes da Fiesc e do grupo Votorantin.

Esse encontro está sendo liderado, encabezado, pelo prefeito de Rio do Sul, Milton Hobus, mas com o envolvimento de toda a comunidade do Alto Vale e, diria até, de toda a comunidade de Santa Catarina. Será a verdadeira redenção econômica do nosso estado. Santa Catarina hoje se prepara para ter a melhor situação portuária do Brasil, com os portos de Navegantes, São Francisco do Sul, Itajaí e Imbituba, mas temos muito pouco em termos de transporte ferroviário.

Portanto, investir num modal alternativo de transporte, que não seja o rodoviário, é a grande solução para o nosso estado, até porque nós sabemos que a replantação do transporte ferroviário do Alto Vale até o litoral significará praticamente a metade do custo, se compararmos com a duplicação da BR-470. A duplicação da BR-470 é necessária, sem dúvida alguma, mas nós precisamos antes fazer a replantação da nossa rede ferroviária lá no Alto Vale do Itajaí e, num segundo momento, vir do oeste ao litoral.

Srs. deputados, sabemos que a questão logística é fundamental na hora dos empresários decidirem onde farão seus investimentos. E o que estamos vendo? Estamos vendo uma concentração exagerada dos grandes investimentos ao longo da BR-470, em detrimento do interior de Santa Catarina.

Eu já falei desta tribuna sobre uma situação que vivi quando fui prefeito de Ituporanga. Uma empresa nos procurou querendo instalar-se no Alto Vale do Itajaí. Imediatamente peguei um avião e fui para São Paulo falar com os diretores da empresa oferecendo os terrenos da cidade de Ituporanga e as condições adequadas para virem instalar-se, porque também havia matéria-prima necessária para aquela indústria, que produziria vidros. Um diretor da empresa veio a Navegantes e fui buscá-lo no aeroporto. Levei-o a Ituporanga e mostrei todo o Alto Vale do Itajaí. Após a visita, ele me disse: "Prefeito, sem sombra de dúvida, essa região tem todas as características que precisamos, ou seja, mão-de-obra, povo com uma condição especial, pela colonização italiana, germânica, polonesa e portuguesa, muito boa, mas com essa rodovia vocês não vão conseguir trazer nenhuma indústria". A partir daquele momento muitas indústrias deixaram de vir para o Alto Vale e muitas delas saíram também em função da dificuldade de transporte.

Portanto, teremos esse grande encontro em Rio do Sul, visando à replantação da nossa ferrovia, com a presença do governador, e queremos a participação do deputado Jailson Lima, que, acredito, estará lá também como um grande representante do Alto Vale e como representante de Rio do Sul na Assembléia Legislativa. Tenho certeza de que essa discussão renderá muitos frutos. E já temos o projeto elaborado pela nossa Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí, como também de uma empresa de consultoria de Porto Alegre, a Getrans, que está apresentando também os estudos de viabilidade com dados consistentes, para que possamos implantar a nossa ferrovia lá na nossa região.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Nobre deputado Peninha, v.exa. está de parabéns pelo pronunciamento. É de seu costume abordar assuntos da mais alta relevância nesta Casa e mais uma vez faz jus a essa característica.

Quero lamentar o fato de na quinta-feira, dia 20, por outro compromisso na cidade de Concórdia, não poder estar nesse evento em Rio do Sul. Gostaria muito de estar presente para apoiar, de forma absoluta, a iniciativa de reativarmos a malha ferroviária do estado de Santa Catarina para benefício da nossa economia e para o desenvolvimento econômico-social das nossas regiões interioranas. V.Exa. tem todo o meu amparo a essa iniciativa e, quicá, consigamos reativar a malha ferroviária.

Vejo aqui, no outro microfone, o deputado Antônio Aguiar, do município de Canoinhas, região de Porto União, que também tem muito a ganhar com a reativação da malha ferroviária não só de Santa Catarina, mas de toda a região sul, fazendo a ligação com o centro oeste.

Esse é um assunto da mais alta importância. E na medida em que v.exa. puder, diga a todos, no dia 20, que estamos juntos apoiando de forma absoluta e total a idéia, a iniciativa e a vontade de restabelecer a malha ferroviária em Santa Catarina e no Brasil.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Obrigado pelo aparte, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Na seqüência passo a palavra ao deputado Antônio Aguiar, que é médico e também filho de ferroviário. Portanto, tem uma história muito bonita em relação à rede ferroviária de Santa Catarina. O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizar o eminente deputado Peninha pela brilhante exposição que fez no dia de hoje sobre a reativação da Rede Ferroviária Federal.

É verdade, deputado Peninha, temos que pensar no futuro. Daqui a pouco não teremos mais estradas e nem lugar para transitar. Temos que, urgentemente, ativar as ferrovias. Eu, que tenho no sangue a indole do ferroviário, uma vez que meu pai, ainda vivo, com 92 anos, foi ferroviário por 40 anos, tenho, sim, um grande interesse nesse empreendimento no estado de Santa Catarina.

Parabéns, deputado Peninha, pela sua iniciativa, pela sua coragem e pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar. O restante do horário do nosso partido, o PMDB, será utilizado pelo brilhante líder do governo nesta Casa, deputado João Henrique Blasi.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Para utilizar os minutos restantes destinados ao PMDB, com a palavra o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, desejo inicialmente dar um testemunho, um testemunho em favor de um deputado a quem eu conheci anteriormente na condição de vereador, sempre muito bem votado, sempre muito respeitado na sua comunidade e que agora, no convívio cotidiano aqui em nosso Parlamento, tem mostrado os seus predicados e tem dito por que o povo da sua cidade tem-no em grande conta, tem-no respaldado significativamente a cada pleito. Refiro-me ao deputado Darci de Matos, do Democratas de Joinville, que ocupou a tribuna agora há pouco e que já falou na condição legítima de postulante à condição de prefeito da maior cidade de Santa Catarina.

Quero dizer que a votação que v.exa. recebeu do pleito no ano passado, sendo o mais votado até hoje para deputado estadual na sua cidade, é a demonstração mais eloqüente do carinho, da consideração e do apreço que o povo joinvillense tem por v.exa.

Mas é preciso ter em mente que existem três cidades em Santa Catarina que possuem uma situação atípica em relação às demais 294. Refiro-me a Joinville, a

Florianópolis e a Blumenau, cidades que terão, diferentemente de todas as demais, um pleito no ano que vem no âmbito municipal em dois turnos. E é da essência da eleição em dois turnos que cada partido possa apresentar o seu candidato e que no segundo turno a afinidade ideológica defina a concertação de forças, para que unidos busquem o poder no âmbito municipal.

Eu não tenho nem mais a mínima dúvida, deputado Peninha, de que em Joinville, como bem o disse o deputado Darci de Matos, que foi o berço da triplíce aliança, mais uma vez, no ano que vem, vai-se reeditar e que o candidato dos partidos que a compõem que passar para o segundo turno terá o apoio de todos os demais para continuar a belíssima gestão iniciada pelo ex-prefeito e governador Luiz Henrique, seguido agora pelo atual prefeito Marco Tebaldi.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado, deputado João Henrique Blasi, nosso líder do governo, v.exa. vai diretamente naquilo que eu entendo que seja a verdade. O deputado Darci de Matos é um grande líder e nós estamos conhecendo-o aqui.

Eu quero dizer a ele que se estiver no segundo turno e nós não tivermos candidato do PMDB, eu tenho certeza de que o partido estará junto para que ele seja o prefeito de Joinville. E quero fazer-lhe o mesmo convite: se nós estivermos com o deputado Mauro Mariani no segundo turno, que o PFL esteja junto conosco. E acho, deputado João Henrique Blasi, que nós podemos dizer isso ao PSDB, que também deverá ter o seu candidato num primeiro momento, mas que no segundo turno fortaleçamos ainda mais essa triplíce aliança. Vamos estar juntos! É muito cedo ainda para dizermos que nós não vamos continuar com a triplíce aliança em Joinville.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sem dúvida, deputado Moacir Sopelsa, essa é realmente a essência do processo democrático e eu tenho a mais firme convicção de que dessa forma os fatos se passarão na cidade de Joinville, e com certeza a triplíce aliança haverá de lograr êxito também lá, no processo eleitoral.

Mas desejo ainda, sra. presidente, neste tempo remanescente, fazer menção a um evento que ocorrerá ainda no dia de hoje, na cidade de Major Gercino, aqui no Vale do Rio Tijucas.

Major Gercino era a única cidade do Vale do Rio Tijucas que não contava ainda com acesso pavimentado, e esse sonho acabou materializando-se há dois anos com o governador Luiz Henrique, numa inauguração que tivemos a oportunidade de presenciar percorrendo a pé seis quilômetros, para poder testemunhar a alegria daquela população por ter finalmente recebido uma obra que foi prometida por muitos e realizada por um grande governador.

E no dia de hoje nós teremos aquilo que eu considero uma consequência prática do processo de asfaltamento de acesso pavimentado ao município de Major Gercino. Será inaugurada hoje uma fábrica de calçados, filial de uma grande empresa de São João Batista, município vizinho, que vai gerar para Major Gercino 300 empregos diretos. O equivalente, deputado Valmir Comin, a mais de 10% da população local, o que significa um impacto considerável no município, com a geração de empregos, com a qualidade de vida e com a melhoria da população local.

Isso, sem dúvida alguma, é uma decorrência natural do processo de descentralização comandado pelo governador Luiz Henrique. Aliás, por falar em processo de descentralização, os meios de comunicação social veicularam, na semana passada, uma matéria feita com diversos índices: qualidade de vida, alfabetização e por aí afora, e o estado de Santa Catarina passa a ostentar a condição de o primeiro, o mais bem colocado, no *ranking* nacional.

Isso com certeza em razão do brio e da excelência do povo catarinense, mas também, em grande medida, passa por uma nova política que resolveu descentralizar, tirar o poder da capital e levá-lo por todos os cantos de Santa Catarina, e é isso que temos presenciado nas viagens que temos realizado por aí afora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Clésio Salvaro, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e telespectadores que nos acompanham através da TVAL, muito boa-tarde!

Assomo à tribuna nesta tarde de terça-feira para fazer um relato da viagem que fizemos ao México, na semana passada. Viagem essa motivada há muito tempo para seguir os caminhos daqueles imigrantes que saíram da região sul de Santa Catarina e migraram em direção aos Estados Unidos.

Foram mais de 30 mil pessoas da região sul do nosso estado que para lá foram em busca de um sonho, em busca de uma oportunidade para poder trabalhar, para poder lá ganhar dinheiro, sustentar a sua família e tirar o seu próprio sustento. Sonho esse que o nosso chão, que a nossa pátria lhes negou, porque ninguém vai para lá, deputado Décio Góes, a passeio. Ninguém arriscaria a sua vida, nem deixaria uma vida inteira para trás, para ir para os Estados Unidos, entrando pelo México, apenas por prazer! Vão para lá em busca de uma oportunidade. Nós fomos, inclusive, também porque um jovem de aproximadamente 35 anos para lá rumou em agosto de 2005 e nunca mais voltou. Apenas no dia 26 de agosto daquele ano manteve o último contato. De lá para cá nunca mais se comunicou com a família.

Nós entramos em contato com os coiotes ou com os boieiros, como lá são chamadas as pessoas contratadas para fazer a travessia dos imigrantes para pisar em solo americano. Contratamos um coite e para lá rumamos no dia 8 deste mês, na semana passada; chegamos na cidade do México no domingo e mantivemos vários contatos com as autoridades mexicanas. Na segunda-feira mantivemos contato com o embaixador do Brasil no México e depois rumamos para a cidade de Monterey. De lá contratamos um guia, um coite, um boieiro, como é conhecido e percorremos 250 quilômetros de carro rumo a cidade de Novo Laredo.

Novo Laredo é dividida da cidade de Laredo por um rio que tem aproximadamente 100 metros de largura e uma correnteza muito forte, e é exatamente nesse rio, conhecido como rio Grande, onde, à noite, mais de mil pessoas fazem essa travessia por semana. Ali, as pessoas praticamente nuas - os homens ficam apenas de calção e as mulheres de calcinha e sutiã -, pintam-se de preto e fazem a travessia. Pelos dados que temos, por ano, aproximadamente 300 pessoas morrem afogadas tentando atravessar esse rio para pisar em solo americano. Depois, em solo americano é feita outra caminhada de aproximadamente 500 quilômetros para chegar à cidade onde serão enviados para seus destinos, onde há um parente, um amigo, um conhecido que os aguarda para levá-los até o local de trabalho para ganhar US\$ 1,5 mil, US\$ 2 mil por mês, que é mais ou menos o que as pessoas ganham.

Estivemos no hotel onde Paulo Sérgio esteve hospedado, estivemos na prefeitura, na justiça municipal e encontramos várias fotos e vários processos de pessoas que tentaram atravessar o rio e estão desaparecidas. Estivemos na Casa de Nazaré que dá apoio aos imigrantes de várias cidades do mundo, lá encontramos o processo de alguém que foi encontrado aproximadamente dez dias depois de ter morrido. Várias fotos foram tiradas dessa pessoa, e o seu corpo, assim como outros 300 por ano, foi enterrado no cemitério para indigentes.

Trouxemos essas fotos para cá. Eu, a jornalista Thaize Pizoni, do *Jornal da Manhã*, a Gladis, da Casa do Catarinense, e a minha esposa não tivemos a menor dúvida, pelos peritos de lá e pelos médicos legistas daqui, que aquele corpo é do Paulo Sérgio. Ele tentou a vida em outro chão, em outro território, nos Estados Unidos, para sustentar a sua família. Deixou aqui a esposa e duas filhas, uma delas agora teve um neném.

Essa é uma travessia que não sugerimos a ninguém, mas às margens do rio Grande perguntamo-nos: "Meu Deus, por que as pessoas tentam fazer isso?" E a resposta, é claro, vem de nós mesmos: a luta pela sobrevivência, a falta de emprego, a falta de condições para criar sua família é que leva as pessoas a fazer essa loucura, a arriscar a própria vida.

A nossa região carece de muito emprego. Não há mais emprego, e é por isso que as pessoas vão para lá, é por isso que mais de 30 mil pessoas já estão trabalhando nos Estados Unidos, por falta de emprego na nossa região.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Pois não! Nobre deputado, quando v.exa. foi prefeito, esteve na capital de Massachusetts conversando com os criumenses, os sul catarinenses que trabalham na cidade de Boston. Tenho certeza de que suas palavras vão enriquecer, apurar ainda mais as nossas colocações.

O Sr. Deputado Décio Góes - Nobre deputado, agradeço a oportunidade e cumprimento-o pelo seu depoimento. Quero lembrar, como o senhor já falou, que quando fui prefeito tive a oportunidade de visitar e de sentir de perto todo o drama da travessia e da sobrevivência na região de Boston. Foi uma das experiências mais emocionantes que tive como prefeito. Fica a lição de não estimularmos esse tipo de travessia, mas de nos preocuparmos com eles e oferecermos alguma forma de apoio. Foi isso que fizemos

por muito tempo enquanto estivemos na prefeitura. Devemos lutar pela geração de emprego e renda na nossa comunidade, para que não aconteça mais esse tipo de estímulo. Deixo aqui a minha solidariedade e meus cumprimentos.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Muito obrigado, por suas palavras.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Clésio Salvaro, quero apenas parabenizar v.exa. pelo trabalho que fez, pela viagem e pelo assunto que traz a essa tribuna, que é muito importante para todos nós, catarinenses e brasileiros, que vivemos essa situação, vendo pessoas saírem daqui para tentar a vida em outro país, da forma como está acontecendo.

Não vou fazer discurso apresentando razões inclusive de ordem política, programática e ideológica, porque existe um muro de segregação como pudemos ver e v.exa. atestou isso.

Parabéns pelo seu trabalho, pela viagem, pela pesquisa, pelo estudo e pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - V.Exa., que é da Polícia, precisa também conhecer o esquema dos boieiros, para saber como funciona a organização dos coiotes e dos boieiros, porque a organização daqueles que promovem a travessia do rio Grande da cidade de Novo Laredo para Laredo nos Estados Unidos é de causar inveja a qualquer organização governamental, principalmente os da Polícia aqui do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a eminente deputada de Blumenau, Ana Paula Lima, por até nove minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Odete de Jesus, deputada de Blumenau e do estado de Santa Catarina, sr. presidente.

Srs. deputados e sra. deputada, quem está nos acompanhando pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e também quem está presente na galeria do Parlamento catarinense, hoje, sr. presidente, vou, no horário do Partido dos Trabalhadores, falar de um programa do governo federal que muitas vezes foi mencionado em discursos por deputados do PT, mas agora foi concretizado.

(Passa a ler.)

"Falo aos srs. deputados, às sras. deputadas e ao povo catarinense do Programa de Aceleração do Crescimento. A primeira assinatura do Programa de Aceleração de Crescimento foi na cidade de Itajaí, juntamente com o prefeito Volnei Morastoni, a senadora Ideli Salvatti, o deputado federal Décio Lima e com representantes de diversos partidos que anunciaram a liberação de mais R\$ 58 milhões para Itajaí. Os recursos são oriundos da Secretaria Especial dos Portos e está dentro dos investimentos do PAC na área de infraestrutura portuária. Os investimentos serão em obras de dragagem do rio Itajaí-Açu e aprofundamento do canal.

Do total, R\$ 35,6 milhões serão destinados para a dragagem do rio à montante, ou seja, do porto em direção à nascente. Essa obra vai beneficiar vários terminais portuários privados que se estão instalando ao longo do rio. Essa é uma obra de fundamental importância não só para o município de Itajaí, mas para todo o estado de Santa Catarina e para o Brasil. Há vários terminais que já se estão instalando às margens do rio Itajaí-Açu, e a dragagem vai proporcionar a entrada de grandes navios até próximo da ponte Itajaí/Navegantes, na BR-101.

Itajaí foi beneficiada com o maior número de recursos no PAC, na ordem de R\$ 167 milhões, que serão divididos entre habitação, saneamento básico e a dragagem do rio Itajaí."

Quero também registrar, srs. deputados e sras. deputadas, que serão 13 os municípios beneficiados com o PAC nessa primeira etapa, porque foram os municípios que apresentaram os projetos ao governo federal, principalmente na área de saneamento básico, que é do que a população tanto carece.

Sr. presidente e srs. deputados, ontem tive o prazer de estar na cidade de Blumenau assinando também o convênio entre a Caixa Econômica Federal, o município de Blumenau e o governo federal.

(Continua lendo.)

"É que com muita alegria que venho a esta Casa falar dos recursos do governo federal destinados ao município de Blumenau e do carinho do presidente Lula para com a minha cidade e com todo o estado de Santa Catarina.

Na tarde de ontem, dia 17 de setembro, Blumenau foi contemplada com mais de R\$ 32 milhões de recursos federais a fundo perdido" - foi o único município no estado de Santa Catarina que recebeu esse montante a fundo perdido, sr. presidente, isso é inédito à cidade de Blumenau, graças ao presidente Lula e à atuação de deputados federais, que viabilizaram esse projeto - "para obras de saneamento, assegurados pelo Programa de Aceleração do Crescimento. Trata-se do maior aporte de verbas para obras de esgotamento sanitário jamais feito na cidade. E com isso o município poderá dar passos largos para assegurar ainda mais qualidade de vida para seus habitantes.

A ampliação da rede de esgoto dos atuais 5% para quase 20% de cobertura vai permitir que Blumenau alcance patamares inéditos em Santa Catarina e no Brasil, subindo ainda mais nos índices de cidades brasileiras com melhor qualidade de vida para se viver.

Hoje também está começando uma importante obra para Blumenau e região, com recursos do governo federal, que é a construção do viaduto do trevo da Mafisa, na BR-470, que marca o início das ações do PAC na área de infraestrutura no Vale do Itajaí. São cerca de R\$ 7 milhões destinados à construção do viaduto que começa a ser erguido já adequado à futura duplicação dessa importante rodovia, a partir de 2009."

Num primeiro momento, será a duplicação entre o município de Navegantes, na margem da BR-101, até o município de Indaial. Essa será a primeira etapa. E o viaduto do trevo da Mafisa, como costumamos chamar carinhosamente, é uma obra que já vai beneficiar a duplicação da BR-470.

(Continua lendo.)

"Essa é uma obra esperada há décadas pela comunidade de Blumenau e dos municípios que dependem da BR-470 para escoar os seus produtos com destino aos portos catarinenses, principalmente ao porto de Itajaí."

Também gostaria de registrar, sr. presidente, que ontem à noite, na cidade de Camboriú, foi realizado mais um convênio entre o governo federal e a Caixa Econômica Federal para a construção de casas populares, através do Crédito Solidário.

Então, essa foi mais uma obra que também foi registrada no dia de ontem, 17 de setembro, do programa Crédito Solidário, que é a habitação popular para pessoas que recebem de dois a cinco salários mínimos. E o município de Camboriú vai ser beneficiado com 200 moradias, num valor de R\$ 2,4 milhões.

Então, deputado Décio Góes, é dessa forma também que Criciúma, São José, Florianópolis, Tijucas e mais alguns municípios do estado de Santa Catarina serão beneficiados.

Este, sim, é o compromisso do presidente Lula nas áreas de educação e saúde, mas, principalmente, na área de saneamento básico. Lá onde os tubos são enterrados, a população não vê, e o esgoto sanitário pode causar um estrago muito grande, pois, se não for preservado, vai contaminar os nossos rios. E o presidente Lula, pensando dessa forma, está investindo e liberando recursos para o esgotamento sanitário, para a reurbanização das favelas, para a construção de casas populares. É para isso que o Programa de Aceleração do Crescimento está sendo feito em todo o nosso país.

Também será investido nas obras de infra-estrutura, como é a duplicação de várias rodovias no estado de Santa Catarina, a exemplo da BR-470, da BR-280, da BR-282, da duplicação do trecho sul da BR-101 e de outras rodovias também de grande importância, mas de menor porte.

Sr. deputados, é com grande alegria que dou a boa nova da assinatura desses três primeiros projetos do Programa de Aceleração do Crescimento, nas cidades de Itajaí, Blumenau e Camboriú. E, com certeza, nos próximos dias outros dez municípios serão contemplados com dinheiro do governo federal.

Quero também registrar, sr. presidente, que essas parcerias são entre o governo do estado e as prefeituras, que têm a contrapartida. Mas pela primeira vez na história do nosso país um trabalhador teve a ousadia de pensar na questão do esgotamento sanitário.

Muito obrigada, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Nós gostaríamos de saudar a comitiva de Joinville que veio a esta Casa para a homenagem ao prefeito Marco Antônio Tebaldi, que tão bem realiza a administração daquele município, parabenizando o ex-deputado Geovah Amarante, a rainha e a princesa aqui presentes.

Parabéns à cidade de Joinville por essa homenagem ao prefeito Marco Tebaldi e também os meus cumprimentos ao deputado Darcy de Matos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, servidores deste Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente a comitiva da cidade de Joinville, quero falar, hoje, sobre um assunto ao qual já me referi na semana passada, quando falei do aniversário da cidade de Imbuia. Trata-se de um assunto publicado no *Diário Catarinense* de hoje, 18 de setembro, nas páginas 4 e 5, que fala da diminuição do número de habitantes em 105 cidades do estado de Santa Catarina.

Das 293 cidades do nosso estado, deputado Silvio Dreveck, 105 tiveram uma diminuição do número de habitantes nos últimos 11 anos. Não foi um fato que aconteceu no mês ou no ano passado. Aconteceu em 11 anos, período em que certamente, como é provado, a população geral de Santa Catarina e do Brasil cresceram bem mais de 10%, e nessas 105 cidades catarinenses nós tivemos uma diminuição. E o *Diário Catarinense* cita o nome das cidades.

Eu quero parabenizar os jornalistas Fábio Bianchini e Darci Debona pela importante matéria que de fato chamou-me a atenção e comoveu-me, porque sou produto desse processo histórico de transferência, de êxodo rural, de saída de jovens do campo para a cidade que tem acontecido nas últimas décadas, durante quase um século, e que continua ocorrendo nos dias de hoje.

Há dez ou 15 anos, estudando da universidade, falava-se do êxodo rural como uma coisa do passado, do período de industrialização. E hoje vemos que isso está bastante presente ainda.

Esse assunto das páginas 4 e 5 do *Diário Catarinense* de hoje é de absoluta e relevante importância para todos nós, catarinenses e brasileiros. Portanto, cada um de nós, os 40 deputados estaduais, assim como os deputados federais, os poderes municipais, os Legislativos e os Executivos, precisam preocupar-se com isso.

Nós temos uma situação de descontrole social. Para onde vai toda essa gente que sai dessas cidades do interior? Naturalmente que vai residir na periferia das grandes cidades, e daí vemos o inchaço desordenado das nossas maiores cidades. Vai em busca de emprego, por certo, e é isso que a matéria bem aborda; vai em busca de condições de trabalho. E o deputado falava disso há pouco aqui. A diferença é que aqueles a quem o deputado Clésio Salvaro fez referência estão tentando ir para os Estados Unidos, e aqui estou falando de gente que sai do nosso interior, do nosso oeste, do nosso sul, do nosso norte e da nossa Grande Florianópolis e vai para as nossas maiores cidades em busca de emprego e de melhores condições de vida.

E depois alguns dizem: "Ah, depois esse pessoal provoca problemas de violência na grande cidade". Não são essas pessoas que saem de lá que provocam a desagregação social, deputado Moacir Sopelsa, e v.exa. sabe muito bem disso, e sim os filhos e os netos dessas pessoas que saem de lá - porque quem cresceu na roça, no campo, vai trabalhar de pedreiro ou ajudante de pedreiro, vai catar papelão, mas não vai corromper-se - e vão crescer livres, até porque a nossa educação não é de tempo integral, as crianças ficam soltas nas periferias das nossas cidade e ao invés de serem criadas pelos pais, acabam sendo criadas, boa parte do tempo, pelos marginais, pelos traficantes.

Então, é importante debatermos isso no sentido de tentar reverter esse processo. Acho que o poder político tem que intervir no sentido de alterar legislações para estancar e reverter o êxodo rural que ainda se faz presente e forte no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, presidente estadual do PP, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TV Assembleia Legislativa e público que participa da nossa sessão, num segundo momento, meu líder, deputado Kennedy Nunes, eu, que estou inscrito também em Explicação Pessoal, vou manifestar-me sobre a nossa grande convenção, realizada no dia de ontem.

Mas entendo que neste horário do partido, até para dar continuidade à nossa manifestação da última quinta-feira, é preciso ainda abordar um pouco mais esse tema que o Brasil inteiro está discutindo, especialmente depois da famigerada sessão ultra-secreta do Senado da República, que decidi por manter na Presidência do Senado e no Senado da República o senador Renan Calheiros.

Tenho certeza de que todos os parlamentares, ao retornarem às bases neste final de semana, não ouviram outra manifestação da população que não o descrédito, o descontentamento, o repúdio, a impunidade consagrada na sessão secreta do Senado na última semana. Isso acaba por atingir todos nós. E são comuns manifestações equivocadas de pessoas que dizem não acreditar mais na política. Ou generalizadas, dizendo que todos se corromperam e que a esperança sucumbiu porque não há mais político de credibilidade.

É preciso separar muito bem as coisas. O momento que vivemos, deputado Manoel Mota, é extremamente preocupante, e os equívocos não ocorrem apenas no Congresso Nacional, lamentavelmente, deputado Kennedy Nunes. Aqui coisas condenáveis também acontecem. E quem vai falar sobre isso agora, deputada Odete de Jesus, não sou eu, o algoz da Oposição, mas peço a ajuda à nossa assessoria e peço a atenção de todos os parlamentares para assistirem a não mais do que dois minutos de entrevista, no programa *Conversas Cruzadas*, de um grande homem público deste estado, que peço seja transmitida agora a todos os parlamentares.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Essas são palavras de um homem de bem, e eu as uso para homenagear o velho MDB. Dejanir Dalpasquale é um homem que tem história em Santa Catarina. Foi deputado por várias vezes, secretário de estado, ministro de estado da Agricultura, senador da República, presidente estadual do partido, e fazer uma declaração como essa?! É preciso que se faça uma reflexão!

Nós precisamos refletir e discutir esse tema aqui, deputados Pedro Baldissera, Dirceu Dresch, Décio Góes, Silvio Dreveck, Kennedy Nunes e deputada Odete de Jesus, porque não é ninguém da Oposição que está dizendo isso, que está chamando a atenção para a corrupção aqui, mas é um peemedebista histórico que cita episódios que merecem, por parte desta Casa, uma reflexão.

Aliás, há algum tempo levamos as declarações do dr. Dejanir Dalpasquale ao Ministério Público pedindo apuração, porque é muito grave o que está sendo dito. E discute-se muito sobre as vaquinhas do Renan sem olhar para o pastoril daqui.

É preciso, portanto, que se leve esse assunto muito a sério e que esta Casa discuta esse tema.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, eu ouvi direito o ex-deputado Dejanir Dalpasquale dizer que quem manda nesta Casa é o governador? Eu ouvi direito? Ele falou isto? Que quem manda na Assembleia é o governador? Foi isso que ele falou? Quer dizer, um membro do PMDB está dizendo na imprensa que quem manda neste Parlamento é o governador?! A que ponto nós chegamos?! E quando ele faz uma referência de quem manda aqui, é porque, segundo palavras dele, o Executivo é quem tem a caneta e a mala na mão, e que a corrupção vem do Executivo.

Quero dizer ao próprio ex-deputado Dejanir Dalpasquale que se o governador manda aqui, não é na Oposição. Se o governador manda aqui, não venha com mala e com caneta para a Oposição, pois vamos continuar ao lado do povo catarinense.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu entendo que quando o dr. Dejanir Dalpasquale disse que o governador manda aqui, quis referir-se, por exemplo, àquelas tentativas de investigação que tentamos fazer sobre o Aldo Hey Neto e a base do governo não deixou; sobre o Bolshoi, e também não deixou; sobre tantos outros desmandos, e agora sobre a Casan. Depois que a CPI da Casan foi instalada e já tinha relator e presidente, veio um deputado do governo e apresentou um requerimento sem nenhum fundamento e um outro do governo apresentou um parecer puramente protelatório.

Por isso, é preciso ficar atento ao *Diário Oficial*, para ver o que vai sair nesse período no qual o parecer não vem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0250/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus.

Votação do parecer ao Projeto de Lei n. 0150/2007, de autoria do deputado José Natal, que assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receber os boletos de pagamento das contas de água, energia elétrica e telefônica confeccionada em braile.

Conta com parecer contrário da comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, eu requeri, em plenário, a assinatura dos deputados desta Casa para a reapreciação do Projeto de Lei n. 0150/2007, de minha autoria, que assegura aos portadores de deficiência visual as contas de água, energia e telefonia em braille, o que já é praticado legalmente em outros estados. Quando fiz a defesa do projeto, apresentei uma conta em braille oriunda do Rio Grande do Sul, como há também em Minas Gerais.

Fiz o requerimento porque entendo que houve um equívoco por parte do relator, deputado Joares Ponticelli, quanto da interpretação da Constituição Federal, no que diz respeito à concessão de energia, água e telefonia. Volto a reiterar aos srs. deputados que não pedi uma concessão de expansão de energia elétrica, de água e nem de telefonia. O deputado Joares Ponticelli baixou em diligência o projeto de lei. As empresas se manifestaram dizendo que não haveria nenhum problema. A própria Casan disse que já se estaria adaptando, assim como a Aneel dá poderes às companhias de energia elétrica para que façam adaptações, desde que não usem esse instrumento para propaganda política. O deputado relator, mesmo já colocando a inconstitucionalidade do projeto, baixou em diligência. No seu parecer não se referiu às respostas do pedido de diligência, sobre o qual todos se manifestaram.

Então, fiz a minha colocação, comuniquei à entidade que não houve parecer favorável por parte do deputado Joares Ponticelli. Em momento nenhum eu me referi aos membros da comissão de Constituição e Justiça, como foi colocado aqui pelo líder da bancada do PP, o deputado Kennedy Nunes. Eu coloquei sobre a referida comissão, através do deputado Joares Ponticelli, relator da matéria. Então, eu não me referi à comissão num todo, como foi colocado pelo líder do PP.

Srs. deputados, sendo assim, peço o apoio de v.exas. para a derrubada do parecer da comissão de Constituição e Justiça, para que o projeto seja reanalisado por quem entende que ele está fundamentado em legalidade jurídica para ter andamento e ser aprovado.

Coincidentemente, sr. presidente, agora, no próximo dia 21, será comemorado o Dia Nacional da Inclusão dos Portadores de Deficiência, sobre o qual eu farei um pronunciamento daqui há alguns minutos. Portanto, peço apoio a todos os srs. deputados, pois a questão colocada pelo líder do PP com relação à minha posição no documento enviado para a entidade ao relator, deputado Joares Ponticelli, não foi pessoal, não foi contra a comissão de Constituição e Justiça, foi apenas um procedimento, no meu entendimento, embasado no Regimento Interno e de legalidade jurídica não obedecida, como eu constatei.

O presidente irá pedir para os que forem favoráveis ao parecer da comissão de Constituição e Justiça permaneçam como estão, mas eu peço aos deputados que se levantem para que a matéria possa voltar à comissão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - No momento em que colocarmos em votação assim será procedido.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli, para falar sobre o Projeto de Lei n. 0150/2007, de autoria do deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, a minha posição sobre esse projeto é que quando o parecer foi aprovado por unanimidade deixou de ser o meu parecer e passou a ser o da comissão de Constituição e Justiça, aprovado por unanimidade.

Já com relação à carta dirigida à entidade, não vou usar este plenário para discutir o assunto, porque sobre isso terminei de protocolar na Presidência da Casa o pedido de providências e esse assunto será debatido no foro adequado. Não será aqui em plenário que irei fazer qualquer discussão e contra-argumentação. Os documentos estão acostados na petição e eu aguardo providências da Presidência desta Mesa Diretora com relação ao assunto.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - O deputado José Natal, do meu partido, desde que colocou os pés nesta Casa tem trabalhado como poucos e trabalhado bastante.

Srs. deputados, nem se discute o mérito desse projeto que o deputado José Natal está tentando puxar aqui para o plenário, de tão importante que é. Só quem não enxerga é que sabe da importância desse projeto de autoria do deputado José Natal. Então, quero fazer um apelo a todos os companheiros aqui para cerrarmos fileiras com o deputado José Natal, para que possamos trazer esse projeto para discussão aqui em plenário.

Parabéns, deputado! E evidentemente que a rejeição lá na comissão tem suas razões, pois ela tem que seguir determinados critérios. Isso quando querem, porque quando não querem, esses critérios não são seguidos. Essa é a grande verdade.

Então, nós queremos discutir o projeto de maneira criteriosa aqui no plenário e isso certamente acontecerá.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu estava ouvindo o deputado José Natal que falava aqui de quando ocupei a tribuna, na semana passada, para fazer uma reclamação em defesa do Parlamento, não de um deputado.

O deputado José Natal disse que escreveu uma correspondência para a organização. Vamos ver o teor dessa correspondência, deputado José Natal. V.Exa. até pode vir aqui e dizer que mandou uma correspondência dizendo que não deu certo. Isso é uma coisa! Agora, usar os adjetivos que v.exa. usou na correspondência é outra coisa!

Eu vou ler aqui a correspondência que v.exa. enviou, e vou ler também o parecer do relator, deputado Joares Ponticelli, que foi aprovado por unanimidade, inclusive, com o representante do partido de v.exa., deputado José Natal. Mas antes de ler o parecer do deputado Joares Ponticelli, gostaria de dizer que depois de uma diligência feita com as empresas sobre a inconstitucionalidade da taxa da telefonia fixa, esta Casa aprovou o fim da taxa telefonia fixa. Foi ou não foi? O deputado Nilson Gonçalves estava aqui! Esta Casa, na legislatura passada, votou o fim da taxa de telefonia fixa! O governo estadual, alegando inconstitucionalidade, opôs o veto e esta Casa o derrubou! Derrubou o veto e o governo foi ao Supremo Tribunal Federal e conseguiu uma Adin. Por quê? Porque não é desta Casa o papel de legislar sobre o Código do Consumidor! E essa foi a inconstitucionalidade que a comissão aprovou por unanimidade.

Deputado José Natal, v.exa. deveria fazer o que está fazendo hoje, antes de enviar a correspondência para a entidade. Sabe por quê? Porque no final o parecer aprovado pela comissão de Constituição e Justiça diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“Voto

Diante do exposto, demonstrados os vícios de constitucionalidade e legalidade da proposição, voto pela REJEIÇÃO da matéria, mas, por CONSIDERÁ-LA MERITÓRIA, sugestiono ao Autor da proposição que apresente via Plenário REQUERIMENTO para as concessionárias que exploram serviços acima elencados, para que as mesmas estudem a possibilidade de emissão dos boletos em braille”. [sic]

Esse foi o relatório, deputado Silvio Dreveck, e a indicação da comissão foi que a matéria viesse a plenário porque é meritória. O deputado Cesar Souza Júnior votou favorável a essa rejeição. Por quê? Porque advogado entende!

Agora vamos à carta enviada pelo deputado José Natal para o engenheiro Arno Kammer, presidente do Coned, para ficar bem claro. Eu gosto das coisas claras aqui!

(Passa a ler.)

“Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos informar que elaboramos Projeto de Lei nesta Assembléia Legislativa, dando direito aos portadores de deficiências visuais receberem os boletos de pagamento das empresas concessionárias de serviços públicos na linguagem braille, cuja cópia em anexo.

Lamentavelmente, o Deputado relator do respectivo na Comissão de Constituição e Justiça, com fundamentos literalmente ridículos” - deputado Manoel Mota, um deputado desta Casa está chamando o parecer da comissão de Constituição e Justiça, após aprovação unânime, de ridículo; está aqui assinado - “manifestou-se pela inadmissibilidade do Projeto, alegando vício de origem, baseado no Art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, que prevê como competência privada da União legislar sobre ‘águas, energia, informática, telecomunicação e radiodifusão’. Por absoluta falta de conhecimento ou má intenção” - deputado Cesar Souza Júnior, má intenção de quem? Da comissão de Constituição e Justiça - “em razão de questões políticas, o Deputado relator não foi capaz de se atentar que o Projeto subscrito trata única e exclusivamente da forma de expedição da fatura, sem qualquer infringência ao dispositivo constitucional alegado.

A insegurança, se assim pode-se dizer, do relator ficou comprovada quando antes da expedição do seu parecer baixou o mesmo em diligência às empresas concessionárias. Ora, se o Projeto é inconstitucional por que baixá-lo em diligência? Será que a diligência não tinha o intuito de buscar argumentos junto às empresas para desmerecê-lo?

Segue anexa cópia do parecer.

Diante de tal posicionamento e da demonstração de descaso com os deficientes, já que leis de idênticos teores já vigoram em outros Estados da Federação, levo ao conhecimento de V.Sa. e desse Conselho o ocorrido.

Engajado na busca de amenizar os problemas dos deficientes físicos informo que se encontra em trâmite neste Poder, Projeto por mim subscrito, objetivando que, no mínimo, 10% dos imóveis construídos com recursos públicos para moradia, sejam destinados aos deficientes e outro que institui a Semana Catarinense do Deficiente.

Atenciosamente,

(a) José Natal Pereira

Deputado Estadual - PSDB" [sic]

Sr. presidente, volto a dizer que não vou discutir o que pode ser feito com relação a isso porque vamos discutir o assunto na competência legal, através da ação a que demos entrada na Mesa. E espero, sr. presidente, uma posição da Mesa Diretora com relação a esse fato. A Casa e a comissão mais importante desta Casa, que é a comissão de Constituição e Justiça, estão sendo colocadas em xeque, quando s.exa. diz que o parecer é meramente ridículo.

Por conta disso, sr. presidente, estou dizendo para a bancada do Partido Progressista se abster de votar em defesa do Parlamento, porque daqui a pouco o que pode acontecer, deputado Edson Piriquito, é o deputado entrar com um projeto, v.exa. alegar inconstitucionalidade e ele enviar uma carta para as pessoas interessadas dizendo que v.exa. é que não quer. Esse é o medo! Abre-se uma janela aqui muito perigosa para este Parlamento. Isso é coisa de quem faz política pequena! E nossa orientação é que venhamos a nos abster.

É meritório, está aqui no parecer, mas em virtude dessa posição, o deputado deveria ter feito isso antes de mandar esta carta desmerecendo a comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) -

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que estão aqui nas nossas galerias, telespectadores que nos assistem através da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, a minha saudação.

Eu não quero entrar na picuinha da discussão política de quem tem o mérito ou de quem fez o que, pois fica uma discussão muito pequena. E com a intenção de elevar o nível e de reconhecer o mérito da matéria, eu me posiciono favorável, deputado José Natal, ao projeto, porque o projeto de v.exa. vem ao encontro de uma classe excluída, desfavorecida e minoritária no estado catarinense, como também em toda a sociedade brasileira.

Então, pela nobreza da matéria, que é propiciar aos deficientes visuais faturas de energia elétrica com inscrição em braile, eu não vejo problema algum. E se houver algum problema, que as próprias agências se manifestem, pois aí nós poderemos até rever o caso.

Então, desta maneira, elevando o nível e não entrando na discussão de quem tem razão ou de quem não tem, um fez um papel e o outro fez outro papel, eu acho que a matéria é meritória. E pelo mérito da matéria, pelo que vai trazer ao povo catarinense, aos deficientes visuais, o nosso voto é favorável.

Da mesma maneira, conclamo os nossos companheiros para que votem favoravelmente ao projeto de lei de autoria do nobre, competente e lutador deputado José Natal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em votação o parecer ao Projeto de Lei n. 0150/2007.

Os srs. deputados que estiverem de acordo com o parecer - que é contrário - da comissão de Constituição e Justiça permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Rejeitado o parecer da comissão pela maioria dos srs. deputados.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0287/2007, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Itajaí (construção da unidade prisional).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0297/2007, de procedência governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Brusque (instalação de Rede Feminina de Combate ao Câncer).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0306/2007, de procedência governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Joinville (regularização de ocupação).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0334/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que declara de utilidade pública a Associação Clube Esportivo e Cultural Caravana de Santo Antônio - ACECSA -, do município de Ituporanga.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0067/2007, de autoria do deputado Professor Grandó, que dispõe sobre a obrigatoriedade da compensação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) pelos promotores de eventos realizados em praça e parques públicos, a saber: shows, práticas desportivas, concertos, exposições e eventos do gênero, envolvendo circulação de pessoas, possibilitando a neutralização da emissão de dióxido de carbono (CO²).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0069/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que dispõe que os estabelecimentos comerciais que compram materiais de metal usados para revenda ficam obrigados a manter cadastro com dados pessoais e endereço completo das pessoas físicas e jurídicas das quais foram efetuadas as compras, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Resolução n. 0007/2007, de autoria do deputado Julio Garcia e outros, que dá nova redação ao inciso II do art. 4º da Resolução n. 11, de 2003, alterado pela Resolução n. 7, de 2006, que institui e regulamenta verba indenizatória do exercício parlamentar, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0570/2007, de autoria do deputado Edson Piriquito...

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Gostaria de pedir permissão ao deputado Edson Piriquito para subscrever esta indicação, uma vez que ela contém matéria de outra indicação que fizemos há algum tempo e há uma grande demanda da comunidade de Camboriú por essa ambulância, que é um ás no socorro de urgência que não existe ainda naquela cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Consultamos o autor da indicação, deputado Edson Piriquito.

(O deputado Edson Piriquito aquiesce.)

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa de Jonas Vambömmel, presidente da Câmara Municipal de Águas Mornas, e também de Rogério Vambömmel, que é uma grande liderança daquele município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Esta Presidência comunica ainda que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0572/2007 e 0573/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0574/2007, de autoria do deputado Pedro Baldissera...

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Da mesma forma, gostaria de pedir para subscrever a Indicação n. 0574/2007, de autoria do deputado Pedro Baldissera, por entender ser muito importante e necessário que haja uma forma de apoio aos agricultores para que eles possam preservar as matas ciliares. Esse é um assunto de interesse público, uma necessidade da população de todas as microbacias do estado de Santa Catarina - inclusive na cidade de Imbuia, onde temos bastante problema -, onde secaram muitas fontes de água por falta de uma política adequada para o setor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - V.Exa., com a concordância do autor, pode subscrever esta indicação.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Gostaria de assinar, juntamente com o deputado Pedro Baldissera, esta indicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a concordância do autor da indicação, o deputado Décio Góes e o deputado Sargento Amauri soares também irão subscrevê-la.

Esta Presidência comunica que também serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0575/2007, de autoria do deputado Marcos Vieira, e 0576/2007, de autoria do deputado Darci de Matos, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de: Tigrinhos, Princesa, Flor do Sertão, Capão Alto, Sul Brasil, Cocal do Sul, Braço do Trombudo, Mirim Doce, Monte Carlo, Nova Itaberaba, Passo de Torres, Santa Terezinha, Cerro Negro, Ermo, Ponte Alta, São Bento do Sul, Timbé do Sul, Romelândia, Cunhatai e Bandeirante, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

Esta Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Ermo, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

Esta Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Florianópolis, cumprimentando-o pela construção e inauguração do elevador do Itacorubi.

Esta Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Ponte Alta, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

Esta Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Ponte Alta, Romelândia, São Bento do Sul e Timbé do Sul, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

Esta Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica às operadoras TIM, Claro e Brasil Telecom, solicitando que sejam disponibilizados os serviços de telefonia móvel em Angelina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Baldissera, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Anatel e às operadoras Brasil Telecom, Vivo, TIM e Claro, pedindo a instalação de antena retransmissora de sinal de telefonia móvel em Iomerê.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, pedindo a substituição dos *guard rails* e das demais proteções das pontes danificadas entre Joinville e Itajaí, na BR-101.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, pedindo a implantação de trevo rotatório no segundo entroncamento das rodovias BR-116 e BR-280, para acesso ao município de Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando a reavaliação das diretrizes estabelecidas na Lei n. 11.428/2006.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando a regulamentação da profissão de oceanógrafo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao presidente da Celesc, solicitando informações sobre os blecautes ocorridos recentemente em Laguna.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, v.exa., deputado Clésio Salvaro, também está por dentro do assunto. Desde quarta-feira da semana passada um fato muito estranho vem ocorrendo no município de Laguna. Todos os dias há um blecaute, todos os dias ocorre falta de fornecimento de energia elétrica. Quarta, quinta e sexta-feiras, sábado e domingo, cinco dias consecutivos.

Ontem eu tive a oportunidade de participar de alguns programas da emissora da família de v.exa., no município de Laguna, e percebi, através daquele programa, a indignação de outras emissoras e também a indignação da população daquela comunidade. Em um dos dias foram nove horas de falta de energia elétrica.

Laguna é uma cidade pesqueira, com diversas atividades nessa área. As casas de peixes, deputada Odete de Jesus, os fornecedores de peixe, de gelo e a indústria da pesca de Laguna sofreram um prejuízo incalculável nesse período! E o cidadão não tem a quem recorrer!

Quem vai indenizar essas pessoas? A pessoa jurídica e a pessoa física, deputado Moacir Sopelsa, aquele pescador lá do Ribeirão Pequeno, que não sabe a quem recorrer, que perdeu a carne, que tinha no freezer, que comprou com muito sacrifício o peixe, o frango, agora vai ter que entrar com um processo contra a Celesc para ser ressarcido, para ser indenizado?

A Celesc diz que o problema é falta de chuva. Publicou uma nota oficial ontem dizendo que é excesso de salitre na fiação. Só se não chove no telhado de quem escreveu aquele comunicado, porque está chovendo toda semana no sul do estado! Interessante porque nas outras cidades litorâneas não há esse problema, o salitre é só na Laguna. Em Jaguaruna não há problema e em Imbituba também não. Logo em Laguna, onde está enterrado o umbigo do presidente da Celesc, dr. Eduardo Pinho Moreira! Nem dos seus contêrneos ele está cuidando como deveria. Para quem não sabe, o dr. Eduardo Pinho Moreira é nascido em Laguna e está cuidando mal dos seus irmãos.

Existe uma empresa terceirizada lá, de linha viva, sobre a qual nós precisamos levantar mais informações. Deputado Elizeu Mattos, o que dizem dessas prestadoras de serviços lá da Laguna, o que há de conversa ruim é um negócio que preocupa. Essa relação do dr. Eduardo Pinho Moreira/Celesc, com a Laguna é sempre uma relação preocupante.

Então, nós precisamos de esclarecimentos convincentes. A população do município da Laguna está revoltada, indignada, porque foram cinco dias consecutivos de blecautes, que duraram até nove horas! Não é possível! Ah, não chove, há salitre nos fios. Precisa contratar uma empresa especializada para a manutenção? Quero aqui fazer uma sugestão: o dr. Eduardo Pinho Moreira que deixe de gastar uma dinheirama para contratar helicóptero. Não sei para que a Celesc precisa de helicóptero, talvez para cuidar da campanha dele ao governo do estado em 2010. Talvez para isso, mas o dinheiro do consumidor da Celesc tem que ser empregado na melhoria do serviço, na manutenção.

Por isso nós, em nome da população daquela região, deputado Clésio Salvaro, queremos a manifestação rápida e convincente por parte da Celesc, porque a população daquele município não pode mais ficar sob o risco de falta de energia elétrica todos os dias sem uma explicação convincente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, antes de discutir o pedido de informação, gostaria de cumprimentar o presidente do DCE da Uniplac, os estudantes de Direito que visitam hoje este Parlamento. Dou as boas-vindas aos visitantes da serra catarinense.

Quando li o pedido de informação, de autoria do deputado Joares Ponticelli, não sei, não conheço a área, mas acho que nós podemos discutir pedindo informações e discutir em cima das informações solicitadas. Quem sou eu, quem é v.exa. para dizer que o excesso de sal no isolante não vai dar corrente, que ele deixa de ser isolante? Quem somos nós? Há técnicos, e a Celesc vai dar a resposta. Agora, tenho certeza de que se aconteceu foi um acidente, ninguém foi lá desligar a luz e deixar a população às escuras. Aconteceu um acidente!

É bom que todos saibam que a Celesc foi considerada mais uma vez a melhor empresa de distribuição de energia deste país. Então, não sei, um acidente aconteceu, mas se a Celesc estivesse tão mal administrada não estaria, com certeza, deputado Joares Ponticelli, no primeiro lugar no ranking das empresas de distribuição de energia do nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, esta é uma questão polêmica, porque realmente as pessoas sofreram prejuízos. A Celesc realiza um trabalho extraordinário em Santa Catarina levando luz ao campo, investindo muito e não se espera que ocorra um blecaute desse, que causa transtornos a uma cidade.

Laguna, neste momento, teve grandes prejuízos. Acontece que por 22 dias não choveu, o vento nordeste se fazia presente insistentemente e acabou complicando a passagem de energia, pois o salitre vai oxidando os cabos, causando esse transtorno. São 30 quilômetros de linha, a Celesc tomou todas as providências e suas equipes foram convocadas para tomar as medidas necessárias. Vieram equipes de Blumenau, de Itajaí, de todas as regiões do estado de Santa Catarina para dar uma resposta imediata.

É preciso haver investimento e está sendo feito um investimento de R\$ 1 milhão para buscar a solução definitiva da questão. No governo passado, a Celesc investiu em Laguna R\$ 989 mil; nos municípios que abrangem aquela SDR, o investimento foi de R\$ 3,4 milhões. No atual governo de Luiz Henrique da Silveira, só em Laguna houve um investimento de R\$ 3,2 milhões; na Regional o investimento foi de R\$ 15 milhões.

São investimentos reais de quem está comprometido com a sociedade. Esses acontecimentos têm que ser considerados porque imediatamente foram tomadas as medidas para sanear, para buscar as soluções. Há uma equipe competente da Celesc tomando todas as providências e por isso já temos em mãos todas as respostas adequadas para o encaminhamento devido.

Agora, para quem nasceu no interior e foi criado à base de lamparina com querosene, faltar um pouco de luz é bom para a sociedade saber que é feliz. Muitos nunca conheceram esse sacrifício e agora tiveram a oportunidade. A administração da Celesc é competente, está tomando todas as providências, já tem a solução e continua trabalhando para que os catarinenses sejam atendidos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, não estamos falando de competência e sim do direito do consumidor que paga a energia e que agora está tendo prejuízos.

Eu já passei por este problema aqui na capital, quando ficamos sem energia elétrica por vários dias. Foi terrível! Isso revolta a população que perde os alimentos.

Queremos que as providências sejam tomadas! Cumprimento o deputado Joares Ponticelli e gostaria de subscrever este pedido de informação, para sabermos realmente o que ocorreu. Seria bom que o presidente da Celesc viesse a esta Casa para trazer as devidas explicações, porque a população está precisando de uma resposta. Não se pode perder alimentos, pois custam dinheiro e muitas pessoas vivem com um salário mínimo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão o pedido de informação.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peça a palavra, sr. presidente.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - (Intervindo) - Eu só queria, sr. presidente, com a permissão do deputado Moacir Sopelsa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Deputado Joares Ponticelli, seria apenas para encaminhamento porque v.exa. já discutiu o seu pedido de informação.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - (Intervindo) - É só para registrar que está aqui o prefeito de Laguna, Célio Antônio, que está extremamente preocupado com esse assunto. E o deputado Manoel Mota dizer que é bom...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Muito bem! Esta Mesa registra a presença do prefeito Célio Antônio, da cidade de Laguna.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, quero apenas dizer que o pedido de informação do deputado Joares Ponticelli é justo e tenho certeza de que será respondido pela Celesc, porque é uma empresa que tem o reconhecimento e, conforme foi dito aqui, está, mais uma vez, no primeiro lugar do ranking das empresas com o melhor conceito de prestação de serviços.

É claro que existem incidentes. Eu também quero, deputado Clésio Salvaro, além de fazer a defesa da diretoria e dos dirigentes da Celesc, defender os seus funcionários. Eu fui informado, deputado Joares Ponticelli, que houve nove horas de escuridão. Mas v.exa. tem que pensar que esses funcionários da Celesc não deixaram de buscar incessantemente uma solução.

Como foi dito aqui, são 30 quilômetros de rede e o sr. prefeito municipal deve estar realmente numa situação difícil porque, além dos prejuízos que traz às famílias, causa prejuízos também aos hotéis, restaurantes, enfim, a todos os setores.

Mas eu preciso deixar registrado aqui que temos que isentar os funcionários dessa empresa, que trabalham com persistência e com um risco muito grande. Inclusive, foi-nos informado do sistema que se está usando para poder tirar esse salitre dos isoladores.

Então, é um pleito seu de direito, e espero que tenha, e vai ter, todas as informações precisas por parte da direção da Celesc.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, é só para deixar claro que somos favorável ao pedido de informação. Ninguém é contra, pois acho que é o meio mais legal. E o deputado Joares Ponticelli também vai fazer um favor e ajudar a Celesc e o governo a esclarecer à população que foi um acidente, nada mais do que um acidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em votação.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Em nome da bancada, vamos votar favorável porque entendemos que temos uma administração competente na Celesc, que vai dar todas as explicações para a sociedade.

Nós temos um respeito muito grande por toda Laguna e região, evidentemente, e por isso vamos votar favorável para buscar todos os encaminhamentos no sentido de ajudar que tudo seja esclarecido da melhor maneira possível.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Para encaminhamento e esclarecimento! É só para deixar claro que em nenhum momento falamos aqui do funcionário da empresa. Eu reconheço o trabalho do funcionário da Celesc.

Nós encaminhamos favoravelmente e não concordamos com essa tese de que tem que faltar energia por causa do tempo da lamparina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Srs. deputados, chegou às nossas mãos um pedido encaminhado pelo deputado Darci de Matos, assinado por todos os líderes, para suspender esta sessão por dez minutos para a apresentação de um vídeo promovendo as festas da cidade de Joinville e também para a apresentação da rainha e princesas da festa.

Está suspensa a sessão por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, não poderia, de forma alguma, de maneira bem objetiva e rápida, deixar de falar da minha Joinville. Eu sou suspeito para falar porque muitos me têm na conta de um deputado de Joinville, quando, na verdade, sou de toda a região. Mas o amor que tenho por aquela terra é flagrante e todos nesta Casa sabem muito bem da paixão que tenho pela minha cidade.

Não poderia, de forma alguma, deixar de enaltecer e parabenizar todos os que vieram de Joinville, inclusive a rainha e a princesa da Festa da Colheita, que ocorreu em Joinville neste final de semana. Além disso, o presidente e os demais deputados precisam, no ano que vem, comparecer à festa e ver como é maravilhosa. Aliás, temos inúmeras festas bonitas em Joinville, como já foi citado aqui.

Quero citar também aqui a presença do prefeito, da primeira-dama, dos secretários e das demais pessoas envolvidas com a nossa Joinville, e salientar que todos que estão assistindo à TVAL e que estão aqui neste momento deveriam passar alguns dias em Joinville, pois, com certeza, vão saber por que o deputado Nilson Gonçalves é tão apaixonado por aquela terra, sr. presidente!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Agradecemos a presença da princesa e da rainha, do prefeito municipal, de sua esposa, de seus assessores, assim como de toda a comitiva.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero cumprimentar também o prefeito Marco Antônio Tebaldi que, junto com a primeira-dama, se fez presente no plenário. Quero estender os cumprimentos ao prefeito Saulo Sperotto, da bela cidade de Caçador, que é a sexta maior cidade exportadora de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Esta Presidência registra a presença do prefeito Saulo Sperotto.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Sílvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, há poucos dias eu me manifestei a respeito do débito do governo do estado com as empresas exportadoras, mais especificamente com os moveleiros da região de São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre, das regiões norte e nordeste catarinense, pois realmente temos uma preocupação com esse setor produtivo. E o que me chamou atenção foi a manifestação de integrantes do governo no sentido de não poder honrar esse compromisso tão importante para o setor moveleiro.

Na semana passada, mais precisamente na quinta-feira, na sessão neste plenário, eu me surpreendi, deputado Joares Ponticelli, quando o deputado Renato Hinnig, por quem tenho muito respeito - ele é vice-presidente da comissão de Ciência e Tecnologia, e acredito que tomou a iniciativa baseada numa carta que o prefeito de São Bento do Sul publicou nos jornais regionais -, disse que não tinha conhecimento da manifestação do prefeito que acusa o governo, em outras palavras, de não repassar o ICMS para o município.

Eu quero elucidar de uma vez por todas esse assunto e dizer ao deputado Renato Hinnig que tenho em minhas mãos um jornal de São Bento do Sul, no qual, em sua explicação, o prefeito diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“[...]”

Em suas explicações o prefeito disse que a arrecadação caiu violentamente nos últimos meses passando dos 10% em alguns meses.”

Deputado Renato Hinnig, é só para esclarecer aquele assunto porque v.exa. fez a leitura de uma carta do prefeito, mas ele deu uma entrevista num jornal de São Bento do Sul, que tenho em minhas mãos, no qual ele diz que o estado é que não repassa o ICMS ao município.

Obviamente eu me preocupei não só por São Bento do Sul, mas por todos os municípios catarinenses, e não coloquei a questão, em momento algum, com a intenção de fazer com que o prefeito, o governo, alguém fosse culpado. Mas o prefeito, através dessa manifestação - e é por isso que eu quero elucidar -, disse que em alguns meses ultrapassou 10%.

(Continua lendo.)

“Tivemos meses que chegou a 15% a redução no valor que entrou em caixa”, disse. O município está com crédito grande de ICMS para receber do governo do Estado que não repassa, conseqüentemente o dinheiro acaba faltando para a condução dos trabalhos normais do município.”[sic]

Essa foi a entrevista do prefeito de São Bento do Sul. Não foi o deputado que acusou o governo. Foi o prefeito que disse que não repassa esse mês.

Deputado Joares Ponticelli, estou realmente muito preocupado porque se é verdadeiro que essa redução está acontecendo não só em São Bento do Sul, onde pode ter algum aspecto da economia local pela situação moveleira, mas também na grande maioria das prefeituras de Santa Catarina, algo está errado, pois a economia do estado está crescendo nos últimos anos. Cresceu 2%, 3%, portanto, está crescendo. Então, como é que os municípios estão reduzindo a participação no ICMS? Em municípios eventualmente pode acontecer, mas se isso é geral, alguma coisa tem que ser esclarecida aos municípios!

Acima de tudo, quero deixar bem claro que sou municipalista convicto, porque é no município que se constrói tanto a economia, quanto os resultados práticos da qualidade de vida, bem como do desenvolvimento e do crescimento que compõem o estado de Santa Catarina. Quem compõe o estado são os municípios.

Por que eu me preocupo? Faço algumas perguntas a mim e a v.exas.: será que isso tem alguma coisa a ver com o Fundo de Cultura, com o Fundo de Turismo, com F fundo do Esporte? Com o Prodec, a SC Parcerias e o Fundo Social? Eu me pergunto e faço esta pergunta: o governo do estado está repassando a parte que é dos municípios que entra nesses fundos, ou esses recursos não são considerados para os municípios? Se isso estiver acontecendo, obviamente que o prejuízo nos municípios será maior.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado, desde que v.exa. trouxe a manifestação do prefeito de São Bento do Sul, que é do PMDB, reclamando que o governo do estado não estava repassando corretamente o ICMS, eu tratei de ouvir os prefeitos da minha região. Fui à Associação dos Municípios da Região da Laguna, composta por 17 municípios, e constatei que para a maioria deles houve redução no repasse do ICMS, houve redução da cota.

Ora, assiste razão a v.exa., há alguma coisa errada! A receita de ICMS do estado está batendo recordes a cada mês. O próprio governo comemorou no mês passado um crescimento, se não me falha a memória, de 12%. E alguns municípios da região da Amurel tiveram uma queda de 30%. É evidente que só há uma explicação: são os fundos que estão - e estamos desde o primeiro momento alertando - retirando parcela dos recursos dos municípios.

Por isso, deputado Silvio Dreveck, entendo que é chegada a hora de convidarmos para vir a esta Casa o presidente da Fecam, o prefeito José Milton Scheffer, e de convocar o secretário da Fazenda para que o governo venha a esclarecer de uma vez por todas as razões da sua receita de ICMS aumentar a cada mês e a dos municípios estar em queda livre.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado, assomei à tribuna na última quinta-feira para fazer a leitura de um ofício que recebi do prefeito de São Bento do Sul, do PMDB, em que ele me pedia para fazer esse esclarecimento em função do assunto levantado por v.exa. aqui nesta Casa.

Agora, ouvindo atentamente o seu pronunciamento e o que consta no jornal, percebo que está havendo aí uma confusão em relação ao que é crédito de ICMS e o que é repasse aos municípios. Os créditos de ICMS aos quais ele se refere são os créditos acumulados por conta de exportações realizadas, e na verdade o governo não está conseguindo repassar para as empresas porque a Lei Kandir não está sendo atendida pelo governo federal. Esse é um problema grave que se vem arrastando por alguns anos e v.exa. certamente conhece toda essa problemática.

Em relação à queda do ICMS no repasse aos municípios, só posso atribuir isso ao Índice de Participação dos Municípios, que é calculado a cada ano em função do movimento econômico havido em cada município. E São Bento do Sul, nós sabemos, sofreu uma queda muito grande no movimento econômico, em função da crise do setor moveleiro, e certamente essa é a razão da queda do repasse do ICMS.

Mas de maneira nenhuma há qualquer problema, até porque o dinheiro nem chega a entrar e circular nas contas do governo. Quando há o recolhimento, o banco já faz a separação para ser destinado diretamente aos municípios.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputados, público aqui presente, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, assomo à tribuna hoje para comentar um assunto que já abordei por várias vezes aqui: o problema do esvaziamento de pequenos municípios do nosso estado.

O IBGE divulgou dados preliminares do ano de 2007, já comentados aqui pelos deputados Sargento Amauri Soares e Rogério Mendonça, que levantaram a questão dos pequenos e médios municípios do Alto Vale do Itajaí. De fato está em curso no nosso estado e também no nosso país a visão de que a estratégia do desenvolvimento passa pelo fortalecimento de grandes centros urbanos e industriais.

Temos levantado periodicamente, nesta Casa - e quando olhamos os dados do IBGE, isso fica claro -, que precisamos discutir, necessariamente, uma nova estratégia de desenvolvimento do nosso estado, quando se apresenta que 105 municípios perderam população no estado de Santa Catarina.

Não é pouca coisa, como é o caso de Campo Erê, que foi o município que mais perdeu, pois foram quase três mil pessoas nos últimos dez anos. E mesmo com as emancipações, contando com esses novos municípios, isso é muito grave. E 45% desses municípios estão no oeste catarinense, 16% estão no meio-oeste e 11% no sul de Santa Catarina. E nós sempre falamos da necessidade de discutir sobre todas as regiões do nosso estado, pois os municípios estão perdendo sua população nestes anos todos.

Srs. deputados, quais são as tendências, de fato qual é a grande questão que está sendo colocada pelos nossos professores das universidades, pelos nossos pesquisadores, pelas entidades? Por que isso está acontecendo em determinadas regiões do nosso Brasil? Nós entendemos que principalmente a política pública tem que ter uma estratégia muito clara de como investir em política de desenvolvimento regional. Temos avançado bastante, no ministério da Integração Nacional, no sentido de pensar, por exemplo, no grande oeste catarinense, na mesorregião da fronteira do Mercosul, com uma política já institucionalizada no governo federal com recursos para aplicar nessas regiões. Temos avançado significativamente.

Nós temos proposto, inclusive aqui, a formação do fórum de desenvolvimento da mesorregião da fronteira do Mercosul também para Santa Catarina. Além do debate com o governo federal, via região de fronteira do Mercosul, estamos reafirmando a necessidade desta Casa ter um espaço de debates com a sociedade, com as organizações, com o movimento sindical, com o movimento social, com as associações de municípios, para pensar de fato sobre esta estratégia de desenvolvimento nas regiões que mais estão perdendo população: regiões sul, serrana, oeste e meio-oeste catarinenses.

Nós também já debatemos várias vezes sobre um problema que temos no estado, ou seja, que as secretarias Regionais não estão dando conta dessa estratégia de desenvolvimento para beneficiar os nossos pequenos municípios que estão perdendo população. Nós temos o problema da educação para a juventude, que hoje está procurando estudar, sabendo da necessidade de se preparar melhor para o futuro. E aí, principalmente as mulheres estão saindo do meio rural e vindo para as cidades atrás de universidades, pois o acesso nos municípios pequenos é muito difícil para que a nossa juventude possa continuar no interior.

Não estamos só falando da saída da população do meio rural. Nós tivemos uma migração da população para o meio urbano, mas agora a população está saindo mesmo das cidades do interior e vindo para os grandes centros. Então, não é só um êxodo rural, mas um êxodo dos pequenos municípios. E aí com certeza está colocada também a estratégia do desenvolvimento econômico do nosso estado, que já vimos denunciando há 20 anos, porque há concentração da produção, deputado Elizeu Mattos.

Ainda ontem estivemos discutindo a questão ambiental e não vamos resolver isso só com a questão econômica da forma como está colocada. Nós temos a situação da suinocultura, por exemplo, na qual a concentração é gritante, pois temos propriedades de dez hectares ou 12 hectares, com mais de mil suínos. Isso é insustentável, não há sistema que agüente, precisamos discutir outra estratégia.

Temos a questão do leite no estado, que é uma alternativa, principalmente para o oeste catarinense. Agora, as empresas já vêm fazendo uma integração dura, uma produção verticalizada, não fortalecendo o modelo da pequena propriedade, pois estamos com uma experiência muito concreta aqui no estado. Então, discutir essas questões e a mudança dessa estratégia é fundamental, como também a saída das pessoas do meio rural buscando oportunidade de emprego.

O deputado Rogério Mendonça falou muito hoje nesta tribuna, que tem a visão de grandes empresas se instalarem somente nos grandes centros. Isso passa por uma estratégia de estado. Temos que discutir, sim, um incentivo para as empresas irem para os pequenos municípios, porque pode haver um custo mais caro para ela se instalar, até por causa do transporte e tal. Mas o estado precisa ajudar a resolver isso, através de políticas públicas.

Um outro assunto importante é a questão ambiental, que tem que estar presente quando nós discutimos aqui o Prodec industrial. As indústrias têm que ter uma ação social, quando recebem recursos públicos, isenções ou incentivos fiscais do estado. Então, isso tudo está claro para nós.

Srs. deputados, nós precisamos discutir, sim, a questão da universidade pública da mesorregião, pois é muito importante termos um *campus* da Udesc nessas regiões, isso é fundamental para haver condições de estudo.

Temos que discutir, sim, a infraestrutura. Por que abandonaram as ferrovias em nosso país? Por que não pensar em uma ferrovia que corte o estado de Santa Catarina? Por que não repensar o modelo de produção que está em curso em nosso estado? Temos que ter uma estratégia, quem sabe, para milhares de famílias no futuro terem uma nova perspectiva de modelo de desenvolvimento, que inclua os nossos agricultores familiares e que gere muito mais empregos para a nossa juventude.

Então, esta é a grande discussão, quando falamos sobre êxodo rural, sobre a saída dos catarinenses das regiões mais distantes para virem para o litoral. E mais, há muita gente saindo do estado e indo para São Paulo, por exemplo, para trabalhar. Temos que oferecer aos catarinenses uma perspectiva de desenvolvimento e não passarmos simplesmente pelo que está acontecendo hoje, ou seja, pela falta de um incentivo à produção de madeira, de pinus, o que faz com que muitas propriedades familiares estejam sendo arrendadas e as famílias estejam saindo para os grandes centros urbanos à procura de trabalho nas grandes empresas.

Srs. deputados, para mim essa não é uma estratégia de desenvolvimento para o nosso estado. Então, que se possa de fato olhar para o futuro e garantir uma qualidade de vida para os nossos catarinenses.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o eminente deputado José Natal, líder de São José, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, catarinenses que nos acompanham na Assembléia Legislativa, na tarde de hoje, primeiro quero comunicar à Presidência desta Casa que estarei ausente na sessão de quarta e quinta-feiras, porque irei a São Paulo, amanhã pela manhã, à convite da deputada estadual Célia Leão, do PSDB de São Paulo. Ela é cadeirante há 30 anos, é deputada estadual por Campinas, está no seu quinto mandato e é vice-presidente da Associação de Apoio à Criança com Deficiência.

Haverá em São Paulo um evento, durante três dias, de suporte às pessoas portadoras de deficiência. E na quinta-feira serão premiadas diversas empresas que fazem um trabalho de inclusão de pessoas portadoras de deficiência, no estado de São Paulo, através da Associação Brasileira de Telesserviço. Então, estarei ausente da Assembléia Legislativa nas próximas duas sessões.

Sr. presidente, o deputado Dirceu Dresch colocou aqui, e quero também me referir ao assunto, que ontem de manhã participamos de uma audiência pública em Chapecó, onde também estavam presentes os deputados Renato Hinnig, Elizeu Mattos, Pedro Uczai, Gelson Merisio e toda uma comitiva da região de Lages, discutindo diversos temas referentes às questões ambientais de Santa Catarina, que afligem toda a população, mais especificamente do oeste e do meio-oeste de Santa Catarina.

Nós, que estivemos lá ontem, presenciamos diversos relatos de pessoas que vivem realmente da produção, sustentam suas famílias daquilo que suas terras produzem e que estão amedrontadas no que diz respeito aos campos de altitude, pois essas pessoas não têm conhecimento, não possuem um plano especificamente definido. Mas o dr. Francisco Corrêa, da Epagri, através de um estudo muito bem realizado, mostrou com detalhes, na audiência pública, toda a realidade da questão dos campos de altitude do estado de Santa Catarina. Foi uma reunião muito produtiva, com certeza absoluta.

Assisti a um depoimento de um cidadão comum, que saiu, se não me engano, de Itá para fazer sua colocação a respeito dos campos de altitude. Ele, um pequeno produtor, disse: "Eu comprei as minhas terras há mais de 50 anos e sobre essas questões ambientais não havia nada definido ainda. Hoje me apresentam uma lei de compensação, ou seja, o que produz na terra não dá condições de oferecer contrapartida, porque não tenho terra própria para dar a contrapartida". Ele, assim como outras pessoas, encontra-se em uma situação de desespero e de pânico. Além disso, fez um relato sobre seus filhos, que deixaram a agricultura por causa das dificuldades que encontraram para a sobrevivência.

Então, minha colocação na reunião foi no sentido de que, como deputado deste Parlamento, colocava-me à disposição, juntamente com os demais deputados desta Casa, para discutir o assunto com o governo federal, uma vez que essa matéria não é especificamente inerente à Assembléia Legislativa, a fim de sensibilizar o presidente Lula e sua equipe de governo para darmos uma solução às questões do meio ambiente que afligem toda Santa Catarina.

Sr. presidente, no próximo dia 21 será comemorado no Brasil o Dia Pela Luta da Inclusão Social para Pessoas Portadoras de Deficiência. Por isso está havendo esse encontro em São Paulo, onde me farei presente. Quero aqui parabenizar a Clarisse Kramer, de Criciúma, e agradecer o apoio da prefeitura municipal, da Caixa Econômica Federal, da Aliança Pisos e Azulejos, do Sindicato dos Bancários, da Acid e do DCE, para a realização, nos dias 20 e 21 de setembro, do segundo seminário que discute a acessibilidade.

Então, vou ler um trecho de todo o cronograma do evento, no qual eles falam o que é acessibilidade universal.

(Passa a ler.)

"Acessibilidade universal: todas as pessoas, os idosos, as mulheres grávidas, as crianças, os deficientes têm que ter a facilidade de se movimentar na cidade.

Acessibilidade na distância, no tempo e custo que as pessoas têm de alcançar os destinos desejados na cidade, com autonomia. É ter independência de ir e vir."

Então, Clarisse Kramer, desejo a você, que é uma lutadora, e a tantos outros abnegados nas questões das pessoas portadoras de deficiência no estado de Santa Catarina, que o seminário seja um sucesso. E que você, com a ajuda de tantas pessoas e tantas entidades, traga para este Parlamento, para o governo do estado, para o governo federal, as questões realmente inerentes às pessoas portadoras de deficiência, para que nós, cada vez mais, possamos dar-lhes a oportunidade de inclusão.

E, para minha felicidade, o meu projeto é um projeto de inclusão das pessoas portadoras de deficiência visual, pois trata do acesso às contas de energia elétrica, de água e de telefonia em braille. Reitero que tal lei já existe nos estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, não havendo necessidade de legislação federal.

Srs. deputados, esta aqui é uma conta de energia elétrica do estado do Rio Grande do Sul em braille, implantada através de lei aprovada pela Assembléia Legislativa daquele estado, através dos seus deputados, que aprovaram projeto semelhante ao nosso. Lá as pessoas podem se cadastrar nas empresas e receber a conta em braille.

E quero aqui pedir a compreensão dos membros da comissão de Constituição e Justiça, que irá reanalisar o meu projeto, naquilo que coloco como mal entendido por parte do relator. Quero dizer que em momento nenhum citei, realmente, no documento que mandei à entidade, o nome do deputado Joares Ponticelli e nem fiz menção à comissão. O deputado Kennedy Nunes disse que eu coloquei em xeque toda a comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Não é verdade! Nós temos que levar a verdade para as pessoas. Eu fiz uma referência ao relator, mas não disse que foi ele. O deputado Kennedy Nunes é que veio aqui dizer que foi o deputado Joares Ponticelli.

Reitero que não consegui entender o deputado. Ele baixou o projeto em diligência, recebeu a resposta de todos os órgãos de que havia viabilidade, de que não haveria dificuldade de implantação e não fez uma referência, no seu parecer, no pedido de diligência, da resposta que recebeu.

Por isso, peço a compreensão dos nobres deputados. Agradeço àqueles que votaram na continuidade da tramitação do projeto, na tarde de hoje, nesta Casa. E a minha intenção, com certeza absoluta, não foi colocar em xeque deputado nenhum desta Casa. A minha intenção...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrição para falar o eminente líder do PDT, deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, servidoras e servidores deste Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão.

Quero tratar neste espaço sobre dois assuntos. Um deles refere-se à visita que tivemos a oportunidade de fazer, no dia de ontem, à cidade de Imbituba, aqui no sul do estado de Santa Catarina, onde mantivemos vários contatos com lideranças políticas do Partido Democrático Trabalhista, o PDT, assim como de outros partidos, como o PMDB, deputado Antônio Aguiar. Fizemos contato também com policiais e bombeiros militares, os nossos irmãos de farda que trabalham na cidade de Imbituba, e com várias outras autoridades municipais, o próprio prefeito, o vice-prefeito e outras autoridades do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Passamos o dia na cidade de Imbituba, conversamos com muita gente e realizamos vários contatos de grande importância, no nosso entender, para o trabalho de um deputado estadual. A iniciativa de ir a Imbituba, no dia de ontem, deu-se pelo convite, ou convocação, melhor dizendo, dos nossos companheiros praças da Polícia Militar que trabalham naquela cidade.

Um grupo de policiais esteve neste Parlamento há um mês falando de uma ocorrência policial militar ocorrida em Imbituba no dia 6 de agosto deste ano. Em virtude de um dos envolvidos, um jovem que se envolveu na ocorrência - não estava, mas resolveu entrar -, ser filho do delegado de polícia que atuava naquela cidade e que felizmente está de licença, de acordo com as informações que recebemos ontem, os fatos foram completamente invertidos na divulgação feita aos meios de comunicação. O delegado conseguiu inverter os fatos ao transmiti-los aos repórteres, aos meios de comunicação. Inverteu completamente aquilo que era um fato, que era a verdade, transformando aqueles que eram os agentes da perturbação e do sossego público em vítimas dos policiais, e os militares passaram a ser os transgressores da lei. Há denúncia de agressão, de abuso de autoridade e, inclusive, pasmem, de tortura contra os policiais militares que, pelo depoimento de pessoas que assistiram aos fatos, foram agredidos pelos agentes.

Mas com isso nós já estamos acostumados! Você, praça, que nos está acompanhando pela TVAL, sabe que já estamos acostumados com esse tipo de acontecimento, e, dois, três anos depois, quando temos a oportunidade de esclarecer a verdade diante da Justiça, todos vêem que os fatos não aconteceram da forma como foram divulgados, mas de maneira bem diversa.

Já estamos acostumados com essa situação que dificulta grandemente o trabalho dos servidores da Segurança Pública, porque qualquer pessoa que faz uma denúncia contra um policial vira notícia no estado todo, e lá na frente, alguns anos depois, quando se estabelece a verdade, não há a mesma divulgação para dizer que aqueles policiais, que anteriormente foram chamados de torturadores, estavam certos.

Na verdade as pessoas que fizeram a denúncia não eram vítimas, eram agentes, marginais e bandidos que tentaram agredir os policiais que estavam de serviço. Nós já estamos acostumados, infelizmente, com essa situação.

O mais grave é que na cidade de Imbituba, depois dessa ocorrência com os cinco policiais militares que atuaram naquele caso, eles passaram a ter dificuldades para trabalhar, porque passou a ser comum eles chegarem à delegacia da cidade conduzindo pessoas que estavam cometendo uma infração penal e acontecer a mesma coisa: o delegado liberava os conduzidos, os transgressores da lei, os criminosos, os marginais, e não era muito incomum sugerir, facilitar que esses fizessem denúncias contra os policiais. De maneira que se estava tornando inviável o trabalho da Polícia Militar em Imbituba.

Os policiais vieram a esta Casa falar conosco e fomos ontem conhecer de perto a situação. Chegando lá, recebemos uma relação de 55 assinaturas de policiais de Imbituba, sendo que o total de policiais militares daquela cidade é de 61, portanto, bem mais de 90% assinaram o documento, dizendo que está inviável trabalhar naquela cidade enquanto continuar como titular da delegacia o referido delegado.

Nós estamos, desta forma, srs. deputados, pedindo às autoridades competentes, ao delegado chefe da Polícia Civil, nosso amigo Maurício Eskudlark, ao delegado corregedor-geral da secretaria da Segurança Pública, Ricardo Feijó, e ao secretário Ronaldo Benedet, que deem uma olhada na situação da cidade de Imbituba.

Voltamos convencidos de que tudo o que os policiais disseram é a absoluta verdade e eu diria, deputado Antônio Aguiar, nosso presidente neste momento, que voltamos estarelecido com o que ouvimos de várias outras pessoas daquela cidade a respeito dos episódios ocorridos, sobretudo nos dois últimos anos.

Quero aproveitar o tempo que resta para falar sobre uma audiência pública que irá ser realizada neste Poder Legislativo, solicitada pela comissão de Transportes, a pedido deste parlamentar, para discutir a instalação de pedágio nas rodovias federais de Santa Catarina, nas BR-101 e 116.

Tivemos a iniciativa de pedir essa audiência pública porque entendemos que este Poder deve ter o compromisso de criar espaço para que a população discuta, debata, manifeste-se e diga o que pensa a respeito dessa iniciativa bastante recente do governo federal de instalar quatro praças de pedágio na BR-101, trecho norte, que vai de Palhoça a Garuva, e três praças de pedágio no trecho catarinense da BR-116 no planalto serrano, na serra catarinense.

Quero dizer que não é possível que depois de 15 anos resistindo à instalação de pedágios em Santa Catarina nós aceitemos que aqueles que defendiam isso no passado estejam certos que não é possível organizar e manter, de forma razoável, pelo menos, as rodovias catarinenses sem cobrar pedágio!

O pedágio é a criação de um imposto novo e nós temos todos os debates a respeito da intenção da supressão da CPMF por se tratar de um imposto, e de imposto ser um mal; não é possível que agora deixemos, que nos calemos diante da criação de mais um imposto. Pedágio em rodovia é um imposto e, diga-se de passagem, um imposto injusto, cuja destinação do dinheiro também é injusta.

Nós vamos voltar a nos manifestar sobre esse assunto e desde já quero convidar os srs. deputados e todos os que estão-nos ouvindo para participar da audiência pública que será realizada no dia 4 de outubro, às 14h, neste Poder Legislativo.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, que representa o sul do estado, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, eu não iria pronunciar-me na tarde de hoje, mas existem coisas que a sociedade precisa ter conhecimento e nós temos que esclarecer.

Queremos agradecer a presença das pessoas que vieram prestigiar, na tarde de hoje, o nosso Parlamento, os telespectadores da TVAL e ouvintes rádio digital.

Quero dizer que há alguns anos foi criada a Lei Kandir para compensar o ICMS que os municípios perdiam com a lei da exportação. Essa Lei Kandir, o governo federal talvez esteja com algumas dificuldades, a razão eu não posso aqui afirmar, porque está fazendo o repasse, mas não é o valor ideal. Então, saiu uma nota no jornal que diz que o governo está em atraso, ou que está deixando de repassar o ICMS. Vem então o deputado Joares Ponticelli, em aparte ao deputado Sílvio Dreveck, que no seu pronunciamento estava lendo uma nota do jornal que dizia que os municípios estão reclamando porque está sendo desviado o ICMS, e acusa o governo do estado.

Isso é falta de responsabilidade, caro presidente, porque o ICMS nem sequer vai para o bolão, já são divididas as parcelas que vão para os municípios. Agora, se o município tem queda de arrecadação, é fruto das empresas, como acontece com a rede moveleira. Se o movimento econômico baixa, a arrecadação baixa, não tem nada a ver com o ICMS arrecadado em Santa Catarina, é a Lei Kandir, a lei da compensação. Mas o deputado Joares Ponticelli aproveita para jogar dúvida na sociedade, dizendo que é o governo que está desviando o ICMS dos municípios catarinenses. Acho que está faltando colocar as coisas com mais responsabilidade.

Ele mostrou, em um vídeo da TVCOM, algumas dúvidas que o ex-deputado Dejandir Dalpasquale colocava, e já aproveitou para dizer que era corrupção do governo. Acho que os parlamentares, tanto da Situação como da Oposição, precisam fazer pronunciamentos mais decentes, não podem ser afundados na emoção e levar para a sociedade aquilo que não é verdadeiro. A emoção não pode ultrapassar a verdade, que é o que se faz aqui a todo o instante, lançando dúvida sobre um homem honrado como Luiz Henrique da Silveira, como há poucos dias fizeram também com o prefeito de Joinville, Marco Tebaldi.

Não dá para acreditar que venham aqui denegrir Joinville, uma cidade que orgulha os catarinenses. Em um momento é a questão da Escola Bolshoi, em outro é o cheque de R\$ 30 mil. É irresponsabilidade! Fazem política não com responsabilidade, mas com a emoção, com a euforia de criar fatos para Santa Catarina. Isso não contribui, não soma, mas machuca os homens de bem, e a sociedade precisa saber desses discursos levianos, infundados, que não trazem nada.

O deputado Joares Ponticelli não tem outro argumento a não ser a crítica. Será que foi eleito só para isso? Quando a sociedade catarinense elegeu o parlamentar não foi acreditando em resultados? Acreditaram em resultados para a região. Mas não, não contribui! Tanto é verdade que os projetos apresentados por ele aqui na Casa são poucos. É um deputado que para buscar respostas é muito vazio, mas em termos de críticas está coroadado, porque não tem outro caminho a não ser fazer críticas ao homem honrado que é o governador Luiz Henrique da Silveira.

Essas coisas acabam machucando, não contribuem, não somam e a cada momento terá mais problemas na região, porque não leva resposta e nem resultado para o seu povo.

Não era isso que eu queira falar, mas sou obrigado a fazer essas colocações e a defender aquele homem de bem, honrado e que orgulha o povo catarinense, que é Luiz Henrique da Silveira. Por onde ele passou só orgulhou e continua orgulhando. É um homem de bem, decente, responsável e cuida com seriedade do dinheiro do povo. É por isso que foi vitorioso pela décima primeira vez. Isso não cai do céu, é fruto do seu trabalho. É por isso que, como líder da bancada, orgulhoso em defender o governo honrado de Luiz Henrique da Silveira.

Quero falar um pouco sobre a Semana Nacional do Trânsito.

(Passa a ler.)

"Inicia hoje a Semana Nacional do Trânsito, com o foco voltado para os jovens.

De acordo com a secretaria estadual da Saúde, somente neste ano 251 pessoas, entre 20 e 29 anos, morreram em acidentes de trânsito em Santa Catarina. Numa faixa de idade superior, entre 30 e 39 anos, 154 pessoas perderam a vida.

Pesquisa feita pelo Ibope com pessoas de 16 a 25 anos em todo o país revela um quadro preocupante: 30% dos maiores de 18 anos dirigem sem possuir carteira de habilitação. Entre aqueles que ainda não completaram essa idade, 12% disseram que costumam sair com carro no trânsito.

No caso dos motociclistas, 61% dos maiores de 18 anos não têm habilitação. O maior agravante é que 15% das pessoas ouvidas que têm entre 16 e 17 anos afirmaram dirigir moto sem habilitação."

Por isso eu e minha equipe fizemos um projeto, mas logo em seguida vimos que esse projeto não poderia ser de iniciativa do parlamentar estadual, deveria ser federal, que seria inserir no currículo do ensino fundamental e médio as leis de trânsito. Precisamos levar essa matéria para as escolas e preparar as crianças desde pequenas para sairmos desta situação. O nosso está entre os quatro países mundo campeões em acidentes de trânsito.

Nós, parlamentares, precisamos criar fatos importantes e levar para as escolas, para que as crianças se preparem nesse caminho. Essa é uma solução, é um caminho, porque desde pequena a criança irá aprender que não pode dirigir porque não tem carteira e que se beber, também não pode dirigir o carro. Só assim nós poderemos sair desse patamar de campeões do mundo em acidentes, para um país preocupado com bem estar da sociedade e reduzir as mortes no trânsito.

É um sofrimento para os pais, para as mães e para os irmãos, porque há acidentes em que vemos pessoas que perdem um braço, vemos pessoas todas quebradas e outras que ficam paraplégicas, numa cadeira de rodas. Essa é a minha preocupação. Por isso vamos lutar com essa indicação para que tenhamos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, vou discorrer um pouco sobre os mesmos temas apontados aqui pelo nosso líder, deputado Manoel Mota.

Hoje inicia a semana do trânsito, que vai até o dia 25 e na verdade o que queríamos era que todos pensássemos no trânsito.

Se fizermos, deputado presidente Antônio Aguiar, um levantamento do número de mortos e acidentados que se envolvem em acidentes de trânsito no país, veremos que é a mesma coisa que dizer que caem cinco Boeings 767 por dia no Brasil. A segunda ação que mais mata no Brasil é o trânsito!

Acho que temos que levar o trânsito a sério e discutir e debater isso não somente esta semana, mas todos os dias. Nós já discutimos o problema do avião da TAM que caiu e é lógico que é importante debater pois é uma questão apreensiva, mas no trânsito brasileiro tinham que cair cinco aviões daqueles por dia para representar o montante de gente que se acidenta por dia no Brasil.

Há deficiências, sim. Talvez as leis sejam pouco enérgicas porque aqui o cidadão fica alcoolizado, mata duas ou três pessoas - como aconteceu dias atrás -, paga uma multa de R\$ 800,00 e é libertado. Só a carteira fica presa. Em outros países, acompanhamos dias atrás que uma personalidade que quer ser atriz, da alta sociedade, foi pega embriagada e ficou 30 dias detida, presa.

Acho que temos que discutir melhor a questão do trânsito. Há erros de sinalização, mas há excessos dos motoristas, principalmente dos motociclistas. Pelo Código - e o deputado Sargento Amauri Soares sabe disso -, as motos têm de andar pela direita e não pela esquerda, e aqui não se respeita isso; a ultrapassagem não pode ser feita num ponto cego, a lei é clara; a moto tem que ser pilotada com as duas mãos, o que não acontece. E isso tem gerado o aumento da violência no trânsito, porque, na verdade, estamos assistindo a uma grande guerra dos homens e das máquinas nas nossas rodovias.

Por isso eu também cumprimento o meu líder, deputado Manoel Mota, pela lembrança. Acho que podemos discutir todos os dias, tentando achar alternativas, meios. Agora, também temos que questionar o Congresso Nacional! O que estamos fazendo em nosso território, se não podemos nem fazer uma lei que discipline a questão de trânsito, que seja matéria em sala de aula, porque compete a Brasília fazer?!

Daqui a pouco vocês vão assistir só aos debates! Não poderemos mais fazer leis porque será tudo feito em Brasília! Essa centralização lá está causando também o que fomos discutir ontem lá, em Chapecó! Decide-se tudo por Brasília, e nós estamos aqui, o vereador e o prefeito estão lá e as coisas caem goela abaixo! Não podemos discutir trânsito porque não compete a este Parlamento; não podemos discutir área de preservação ambiental, a questão ambiental, porque os iluminados, entre quatro paredes, resolvem tudo para nós em Brasília!

E daí falam do decréscimo das nossas cidades do interior. Daqui a pouco já virá outro dizer que o culpado é o governador. A culpada é a centralização que tirou a autonomia dos estados para discutir as suas questões!

Eu me assusto muito também, deputado Manoel Mota, por aquilo que fomos discutir ontem em Chapecó. Está para cair, de uma hora para outra - e não venham querer enrolar -, a questão dos campos de altitude, e isso está criando um estresse nas pessoas, nos empresários. E daqui a pouco alguém vai dizer: "Mas quem quer saber dos empresários"? Se não houver empresário, empresa, não haverá emprego e o interior vai sumir! As pessoas sairão de lá em busca de emprego!

E já se discute que nos próximos dias pode acontecer um decreto, uma resolução do Conama, que nem é lei, porque é uma regulamentação, dizendo que tudo que for acima de 850 metros virará campo de altitude. Coitada da nossa serra catarinense! Subindo a serra e passando Bom Retiro, tudo virará área de preservação! Vejam: 90% da serra virará área de preservação! Eu até disse ontem, em Chapecó, que, se eu quiser continuar sendo deputado, vou ter que mudar de domicílio eleitoral porque ninguém vai morar mais na serra catarinense! Não vai mais haver eleitor, as pessoas vão sumir!

Eu acho que está faltando sintonia federal e estadual nas questões locais. Ninguém sabe melhor do que nós, que estamos aqui, da situação do nosso estado! Ninguém conhece melhor do que nós o nosso estado, pois somos nós que moramos aqui! Não há iluminados, burocratas e não sei quem mais que possa tomar decisões em Brasília por nós! Deputado Manoel Mota, está-se criando um verdadeiro pânico nas pessoas da serra catarinense! Uma empresa que estava anunciando um investimento de US\$ 700 bilhões na nossa região suspendeu o investimento até que se discuta e fique clara essa situação. E daqui a pouco, se demorar muito, essa empresa vai investir em outra região e aí, sim, haverá mais êxodo rural, as pessoas sairão novamente do interior. E o próximo censo do IBGE vai mostrar que o número reduziu mais ainda.

Mas eu também tenho que levantar algumas dúvidas sobre esse censo, porque está sendo feito, deputado Manoel Mota, baseado em estimativas! Não há visita às casas. Até quero sugerir ao IBGE que dê um prazo maior para que se reveja essa população usando os agentes de saúde, pois se tornaria barato eles visitarem todas as casas no estado para conhecermos a realidade verdadeira dos nossos municípios, das nossas cidades.

Tudo está sendo feito muito em cima de estimativas. Se o cidadão não estiver em casa, é dado como não morador. E só se passa uma vez! Na minha casa, em Lages, passaram uma vez e como eu não estava, disseram que não era morador efetivo de Lages, que estou de vez em quando lá. E isso não é verdade! Eu moro em Lages! Eu vivo em Lages! Durante alguns dias trabalho aqui em Florianópolis, mas a minha casa está lá! E já não sou mais morador de Lages, pelo censo que foi feito.

Então, temos que debater sobre algumas questões. Essa diminuição da população, daqui a pouco, será para tirar o pouquinho que os municípios têm, começarão a diminuir os percentuais de participação tanto do FPM como de outros índices. Por isso temos que começar a pensar sobre esse censo, deputado Pedro Uczai, porque por estimativa não está dando certo.

Na rua onde eu moro todos trabalham e ninguém recebe a bolsa de R\$ 170,00 do governo. Mas lá na minha rua ninguém foi visitado pelo censo, porque não estavam em casa. Portanto, para o censo, ninguém mora na minha rua! E os vizinhos vieram reclamar que não conseguiram participar do censo. Portanto, precisamos analisar e não fazer por estimativa. Inclusive, ocupar os agentes de saúde, que fariam uma revisão em cima do censo que o IBGE está fazendo!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Com muita honra, quero registrar a presença do sargento Casagrande, que esteve no PAN e prestou relevantes serviços por Santa Catarina. A nossa Polícia Militar de Santa Catarina está preparada para a grande missão. Ele, a sua esposa e o seu filho vieram na tarde de hoje prestigiar o nosso Parlamento.

Sejam bem-vindos e sintam-se em Casa conosco! Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência também parabeniza o sargento e dá as boas-vindas aos visitantes de Joinville, que vêm a esta Casa para prestar uma relevante homenagem ao prefeito Marco Antônio Tebaldi.

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, para a concessão de título de Cidadão Catarinense ao prefeito de Joinville.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 019ª SESSÃO SOLENE DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2007 ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

CONCESSÃO DO TÍTULO DE CIDADÃO CATARINENSE A MARCO

ANTÔNIO TEBALDI

PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO DARCI DE MATOS

SUMÁRIO

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Refere-se à pujança da cidade de Joinville e parabeniza o prefeito Marco Tebaldi por sua luta pelo município.

VEREADOR FÁBIO DALONSO - Elogia o prefeito Marco Tebaldi pelo recebimento do título de Cidadão Catarinense.

PREFEITO MARCO TEBALDI - Agradece as homenagens recebidas e o título de Cidadão Catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido os srs. deputados Antônio Aguiar, Jorginho Mello, Manoel Mota e Moacir Sopelsa para acompanhar as autoridades que irão compor a mesa e que serão chamadas a seguir:

Convidamos para compor a mesa o excelentíssimo sr. secretário da Fazenda, Sérgio Rodrigues Alves, que neste ato representa o governador do estado;

Convidamos para compor a mesa o excelentíssimo sr. conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina;

Convidamos para compor a mesa o homenageado desta noite, prefeito Marco Antônio Tebaldi, e sua esposa, Dilamar Terezinha Gallina Tebaldi;

(Palmas)

Convidamos para compor a mesa o vereador Fábio Alexandre Dalonso, presidente da Câmara Municipal de Joinville;

Convidamos para compor a mesa o sr. deputado Darci de Matos, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene;

(Palmas)

Convidamos para compor a mesa o líder da bancada do PSDB nesta Casa, deputado Marcos Vieira.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão solene foi convocada a requerimento da Mesa Diretora deste Parlamento, por proposição do deputado Darci de Matos que obteve a aprovação unânime de todos os parlamentares que compõem esta Casa, e tem o objetivo de homenagear o excelentíssimo sr. prefeito municipal de Joinville, Marco Tebaldi, com a concessão do título de Cidadão Catarinense.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos o hino nacional, executado pela banda da Polícia Militar, sob a regência do maestro subtenente Giovani.

(Procede-se à execução do hino.)

A Presidência registra com satisfação a presença das seguintes autoridades:

Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Wilson Wan-Dall;

Prefeito do município de Caçador, Saulo Sperotto;

Sr. Fábio Antônio Favero, prefeito de Irani;

Empresário Moacir Bogo, que também é cônsul honorário da Itália;

Vereadora Dalila Rosa Leal, primeira-secretária da Câmara Municipal de Joinville;

Vereador Odir Nunes da Silva, do município de Joinville;

Vereador também de Joinville, Jucélio Pasqual Girardi;

Vereador de Joinville, Luiz Pivi;

Ex-deputado e vereador no município de Joinville, João Gaspar da Rosa, com quem tivemos a honra de dividir este plenário;

Sr. Halley Filipousk, que neste ato representa a presidente da Fundação Catarinense de Cultura, Elizabete Anderle;

Empresário Odorico Fortunato, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Pesada do estado de Santa Catarina;

Sr. Adriano Mendonça, gerente do Banco do Brasil de Joinville;

Sr. Ademir Machado, secretário Regional do município de Joinville;

Sr. Dionísio Trapp, secretário Regional também de Joinville;

Sr. Carlos Ivan Lemos, secretário Regional de Joinville;

Sr. Fernando Schneider, presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville Jovem, que neste ato representa a Acij;

Sr. Diamantino Roman, secretário da Indústria e Comércio de Irani;

Sr. Mário Krüger, presidente da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville;

Sr. Osni Fontan, diretor-presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville;

Sr. Anacleto Pintarelli, presidente da Coopercargo de Joinville;

Sr. Anselmo Fábio de Moraes, diretor da Udesc;

Sr. Mário Zengron, diretor da empresa Transville;

Sr. Waldir Harger, diretor da Transtuza;

Sr. Ezael José dos Santos, presidente estadual do PTDoB;

Sra. Terezinha Ricardo Nascimento, presidente do PTDoB de Joinville;

Sr. João Arno Delitsch, diretor-presidente do Sicoob/Coopercred;

Sra. Karina A. Ourique, segundo-tenente da Base Aérea de Florianópolis, neste ato representando o comando;

Sr. Paulo Sérgio Zick, presidente da Comunidade Evangélica Luterana de Joinville;

Professora Mariléia Gastaldi Machado Lopes, diretora de Educação Superior do estado de Santa Catarina;

Sr. Luiz Carlos da Silva Januário, coordenador administrativo do Ipreville;

Sr. Olívio Beltrão Júnior, secretário-geral do PTB estadual;

Sr. Gualtiero Schlichling Piccoli, presidente do Conselho Diretor da Associação Horizontes;

Sr. Henrique Chisteneto, presidente da Companhia Águas de Joinville;

Sr. Adelar Alves, presidente do Joinville Esporte Clube;

Sr. Atanásio Pereira Filho, diretor presidente do Ipreville;

Sr. João Carlos Ecker, secretário regional de São Lourenço do Oeste;

Sr. Paulo Roberto Schulze, gerente do Ceasa de Joinville;

Sr. José Natal, deputado estadual pelo PSDB catarinense;

Dr. Jaime Matos Ferreira, diretor presidente do Hospital São José de Joinville;

Sra. Célia Fernandes, presidente do PSDB Mulher de Santa Catarina;

Sr. Ciro Harger, secretário regional de Joinville;

Sr. Luiz Cardoso, diretor executivo do Grupo RBS;

Sr. Geovah Amarante, ex-deputado, presidente do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Joinville;

Sr. Fernando Braga, assessor parlamentar do deputado Edinho Bez;

Sr. Raul Berezoni, secretário de Integração e Desenvolvimento Econômico de Joinville;

Sr. Darci Hardt, presidente da Fundação Municipal de Desenvolvimento Regional 25 de Julho;

Sr. Valmor Maziceski, comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville;

Sr. Henrique Lemonhe, secretário regional de Paranaguamirim, em Joinville;

Sr. Sylvio Sniecikovski, secretário de Educação de Joinville;

Sr. José Eli Francisco, diretor executivo da Federação Nacional de Rádio e Televisão;

A impressão que tenho é que já li o nome de todos os presentes e não terminam as fichas. Isto mostra o prestígio do nosso homenageado.

(Palmas)

Sr. vereador Joaquim Alves dos Santos;

Sr. Gilson Perozin, gerente da Fundação Ippuj;

Sr. Celso Pereira, ex-diretor, ex-presidente da Casan, e procurador-geral do município de Joinville;

Sr. Eugênio Quandt, presidente da Associação Joinvilense de Amadores do Orquidea;

Sra. Valdira Barni Pereira, diretora executiva da secretaria do Bem-Estar Social de Joinville;

Sr. Jairo José de Almeida, presidente do Conselho Municipal da Associação de Moradores de Joinville;

Sr. Antônio Valdir Rina, presidente da Amae, Agência Reguladora de Joinville;

Sr. deputado estadual que representa o PSDB de Joinville e toda a região norte, nesta Casa, sr. Nilson Gonçalves;

Srs. deputados Edson Piriquito e Elizeu Mattos;

Sr. Sidnei Ziaskovsk, vice-prefeito de Papanduva;

Sr. Norberto Sganzerla, diretor-executivo da secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Joinville;

Sr. Edemar Riva, presidente do PSDB de Papanduva;

Sra. Isa de Nardo, presidente do Partido PSL -Mulher de Joinville;

Sra. Margit Olsen, gerente de Incentivo e Difusão Cultural de Joinville;

Sr. Alodir Alves de Cristo, secretário-presidente da Fundamas, também de Joinville;

Convido para completar a nossa Mesa, o excelentíssimo sr. Dário Elias Berger, prefeito municipal da capital do estado.

(Palmas)

A Presidência dá conhecimento ao Plenário de mensagens recebidas cumprimentando o homenageado e justificando ausência do governador de Minas Gerais, Aécio Neves; do vice-governador do estado de Santa Catarina, Leonel Pavan e também do governador do estado do Ceará, Cide Gomes.

Dando seqüência a nossa sessão solene em homenagem ao prefeito Marco Tebaldi, assistiremos agora a um vídeo sobre a sua vida.

(Procede-se à execução do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido, neste momento para fazer uso da palavra, o autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene, deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Saúdo, com grande alegria e com muito respeito, o presidente desta Casa, o eminente deputado Julio Garcia e, em seu nome, estendo a saudação aos demais deputados que se fazem presentes nesta solenidade;

Saúdo o prefeito de Florianópolis, amigo Dário Berger;

Saúdo o líder do PSDB, deputado Marcos Vieira;

Saúdo efusivamente o presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, Fábio Alexandre Dalonso e estendo a saudação aos demais vereadores presentes;

Saúdo o representante do governador de Santa Catarina dr. Luiz Henrique da Silveira, neste ato representado pelo secretário da Fazenda Sérgio Rodrigues Alves;

Saúdo também de forma efusiva, respeitosa o presidente do Tribunal de Contas, dr. José Carlos Pacheco;

Faço a minha saudação a todos os prefeitos, dirigindo-me ao homenageado desta noite, o amigo, o companheiro, o irmão Marco Antônio Tebaldi acompanhado da sua esposa Dilamar Tebaldi e de seus três filhos Venuta, Marquinhos e Amábilie;

Saúdo as demais autoridades civis, militares, religiosas, a imprensa, senhores e senhoras.

Sr. presidente, todos pudemos acompanhar um pouco da história vitoriosa do prefeito da maior cidade de Santa Catarina, dr. Marco Antônio Tebaldi, através de um vídeo que demonstra a sua trajetória de vitória.

Nascido no interior do município de Erechim, no Rio Grande do Sul, estudou com dificuldade. Oriundo de uma família simples e humilde, felizmente foi residir, trabalhar e fazer a sua vida no município de Joinville. Como diz aqui uma frase que eu vi estampada nesta Casa, Joinville não ganhou somente um político, ganhou um grande amigo.

Prefeito Tebaldi, amigos a gente não escolhe, eles cruzam o nosso caminho, e o senhor cruzou o caminho do povo joinvilense e estabeleceu uma relação de amizade, de sentimento, sobretudo e fundamentalmente, de compromisso social com a maior cidade de Santa Catarina.

Sr. presidente, também não poderia deixar de, neste momento, enaltecer a característica fundamental, marcante, de Joinville e de Santa Catarina que é a de ser uma cidade acolhedora, a cidade das oportunidades. Nós temos histórias de sucesso de pessoas que vieram de outros estados para Joinville, como do Rio Grande do Sul, como é o caso do prefeito Tebaldi, do Paraná, e de outros estados do Brasil. Em Joinville, quem levanta cedo, quem trabalha honestamente, quem tem compromisso com o social logra êxito e tem sucesso, e o senhor caracteriza bem esse exemplo e essa realidade.

Sr. presidente, também não poderia deixar de dizer e de afirmar com plena convicção que Joinville se constitui no terceiro maior pólo do sul do Brasil, numa cidade pujante, alegre, bonita, que se potencializa a cada dia que passa, através da conjugação de três forças relevantes e significativas. A primeira delas é a comunidade empresarial. E o dr. Sérgio Alves conhece bem porque dirigiu a associação empresarial. Nós temos uma classe empresarial pragmática, ousada, inteligente e corajosa. Nós temos o voluntariado. Joinville é a capital do voluntariado. Nós temos um terceiro setor, com milhares de pessoas que fazem as coisas acontecerem despretenciosamente, o que melhora a qualidade de vida da nossa população.

E a terceira e tão importante força é a classe política. Independente, deputado Manoel Mota, de partidos, passando por cima de ideologias, uma classe política corajosa, honesta e comprometida com as causas sociais, que vem de muitos anos, desde o saudoso prefeito e governador Pedro Ivo, passando pelo grande prefeito Nilson Bender que se faz presente; o prefeito Lula; o saudoso prefeito Wittich Freitag que foi deputado estadual e o nosso eminente e grande governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, que dirigiu a cidade por três oportunidades, e agora representada pelo prefeito Marco Antônio Tebaldi.

A classe política quando se junta, quando conjuga forças com o terceiro setor, com a comunidade empresarial e, sobretudo, com a sociedade civil organizada, não há outro caminho a não ser o do sucesso.

É por isso, prefeito Marco Tebaldi, que Joinville tem índices de desenvolvimento que nos orgulham. Somos a 13ª cidade do Brasil no IDH, a 13ª cidade do Brasil com melhor qualidade de vida, mas não estamos conformados prefeito e o senhor sabe disso. Nós somamos, e mais do que isso, estamos trabalhando para, quem sabe em breve, sermos a primeira cidade do Brasil.

Foi noticiado na imprensa há poucos dias, que Joinville é a cidade do porte de 400 a 600 mil habitantes que mais gerou postos de trabalho sustentáveis do Brasil.

Joinville é uma cidade que tem recebido inúmeros prêmios porque é exemplo de gestão ambiental, e tantos outros índices que não caem do céu, são conseqüências de um trabalho duro; de um povo que tem espírito voltado para o empreendedorismo; de uma população que respeita as instituições; de uma população alegre, irreverente, pragmática, mas que tem sido dirigida por prefeitos competentes, inteligentes, corajosos, como é o caso do prefeito Marco Tebaldi que dirige o município há cinco anos.

Portanto, o parabenizo prefeito e encerro minhas palavras afirmando que pelos relevantes serviços prestados para Joinville e para Santa Catarina, esta Assembléia Legislativa, por unanimidade, presta esta justa e pertinente homenagem a v.ex.a., que há muitos anos tem-se dedicado pela causa, principalmente dos menos favorecidos de Joinville e de Santa Catarina.

Encerro definitivamente parabenizando-o, agradecendo-o e dizendo, sr. prefeito, que o que nos une nesta noite, nesta grande homenagem, o que faz com que todos nós, principalmente a classe política, levantemos tão cedo e durmamos sempre tão tarde, é uma causa, é uma luta para melhorarmos a vida das pessoas, é uma tarefa maior, imprescindível, de conjugarmos forças para conquistar, quem sabe um dia, a cidadania plena de todo povo joinvilense, catarinense e brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido para fazer uso da palavra neste momento, o presidente da Câmara Municipal de Joinville, o vereador Fábio Dalonso.

O SR. VEREADOR FÁBIO DALONSO - Quero com muito respeito saudar o presidente desta Casa, deputado Julio Garcia; o excelentíssimo senhor dr. Sérgio Alves, que neste ato representa o excelentíssimo governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira;

Saúdo o prefeito municipal de Florianópolis, Dário Berger e com muito respeito saúdo o Dr. José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Quero saudar o companheiro de partido, deputado Marcos Vieira, líder da bancada do PSDB e em seu nome saúdo todos os nobres deputados; cumprimento, com muita alegria e respeito, o ex-presidente da Câmara de Joinville, proponente desta sessão, deputado Darci de Matos.

Saúdo o homenageado desta noite, prefeito Marco Tebaldi, amigo e grande liderança que muito nos deixa feliz com esse momento. Todos nós joinvilenses, sei que esse é o sentimento de todos, nos sentimos um pouco homenageados nessa noite.

Em nome da primeira-dama do município dona Dilamar Tebaldi, quero saudar todas as mulheres.

Minhas senhoras e meus senhores, eu estava atentamente acompanhando a explanação no telão e posteriormente ouvindo as belas palavras, numa linha de sapiência que é uma das qualidades do proponente desta sessão, o deputado Darci de Matos, e apenas tentei, prefeito Marco Tebaldi, e talvez muitos aqui também tenham tentado, chegar perto da emoção que o senhor está sentindo na noite de hoje. Sentimento esse que, ao acompanhar a sua trajetória, com certeza a figura do seu pai foi lembrada. E poucos sabem que, quando o senhor tinha penas nove anos de idade ele partiu desta terra, e aí talvez tenha começado, prefeito, o seu grande desafio.

Continuando as minhas reflexões, com certeza ninguém chega aqui por acaso, se não tiver a sua vida pautada em cima de alguns princípios, como o da ética, da transparência, do respeito ao próximo e, principalmente, da humildade. E o senhor, que no ano que vem completa 30 anos, se assim podemos dizer, como morador do nosso estado, soube disso, e o maior exemplo está aqui.

Por isso prefeito Marco Tebaldi, em nome da Câmara de Vereadores de Joinville, aqui muito bem representada pelos nobres companheiros daquela Casa, eu quero compartilhar com o senhor esse momento bellissimo, quando Joinville sente-se orgulhosa.

Receba o nosso carinho a nossa admiração e acima de tudo o nosso respeito.

Viva o prefeito Marco Tebaldi, cidadão catarinense.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido neste momento o homenageado, prefeito Marco Tebaldi, para que receba das mãos do deputado Darci de Matos o título de Cidadão Catarinense.

As funcionárias do cerimonial estão acompanhadas dos integrantes da Escola de Teatro Bolshoi.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Quebrando o protocolo, com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, se me permite eu gostaria que v. exa. me acompanhasse na entrega do título de Cidadão Catarinense ao prefeito Marco Tebaldi. Também convido a dona Dilamar e os três filhos do casal.

(Procede-se à entrega do título.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao mais novo cidadão do nosso estado, dr. Marco Antônio Tebaldi, pelo seu trabalho, dedicação e empenho no desenvolvimento do município de Joinville, destacando a sua visão de gestão pública para o engrandecimento do estado de Santa Catarina.

Convido para entregar a placa do Poder Legislativo em homenagem ao prefeito Marco Tebaldi, os srs. deputados Darci de Matos, Nilson Gonçalves, Jorginho Mello, Manoel Mota, Edson Piriquito e Marcos Vieira, líder do PSDB.

Vamos fazer uma entrega coletiva para fortalecer esta homenagem.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convidamos para receber flores, a primeira dama de Joinville, sra. Dilamar Terezinha Gallina Tebaldi.

(Procede-se à entrega de flores.)

(Palmas)

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra, o mais novo cidadão catarinense, prefeito de Joinville, Marco Tebaldi.

O SR. MARCO ANTÔNIO TEBALDI (Prefeito Municipal de Joinville) - Uma coisa eu tenho certeza, este é um dos momentos de maior emoção da minha vida.

Quero saudar o excelentíssimo sr. deputado Julio Garcia, digníssimo presidente da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Sérgio Alves, digníssimo secretário de estado da Fazenda, neste ato representando o nosso amigo e companheiro, governador Luiz Henrique da Silveira;

Saúdo também o meu amigo, o excelentíssimo sr. conselheiro José Carlos Pacheco, digníssimo presidente do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo dr. Dário Elias Berger, meu amigo e companheiro, digníssimo prefeito da Capital;

Excelentíssimo vereador Fábio Alexandre Dalonso, presidente da Câmara de Vereadores de Joinville;

Excelentíssimo deputado Darci de Matos, autor do requerimento que ensejou a presente sessão e este título que muito me honra;

Excelentíssimo deputado Marcos Vieira, líder da bancada do PSDB;

Excelentíssima Dilamar Terezinha Gallina Tebaldi, minha esposa, que muito me honra juntamente com a presença dos nossos filhos Amábele, Marco Antônio e Venuta Angela.

Hoje, na hora almoço, comentávamos que eu iria me tornar cidadão catarinense e Venuta disse para a Dir: "mãe, agora só falta a senhora. A senhora é a única gaúcha. Agora precisa arranjar uma certidão de cidadã catarinense."

Também quero saudar os deputados aqui presentes: deputado Nilson Gonçalves, nosso companheiro do PSDB de Joinville; deputados Edson Piriquito, Jorginho Mello, Manoel Mota, Elizeu Mattos, Moacir Sopelsa e Antônio Aguiar.

Precisaria citar aqui todos vocês, porque todos aqui presentes representam uma parte da minha vida. Por isso precisaria saudá-los, mas quero fazê-lo em nome do presidente estadual do PSDB, Dalirio Beber; em nome do nosso grande e sempre prefeito de Joinville, Nilson Wilson Bender, que nos acompanha em todos os momentos, para quem peço uma salva de palmas...

(Palmas)

Em nome do sr. Valdir Vernico, o Vadico, que é meu colega, meu companheiro de Erechim, de velhas épocas, estudamos juntos aqui em Florianópolis, ele ficou aqui e eu fui para Joinville, em nome deles quero saudar todos os prefeitos, os vice-prefeitos, os vereadores, especialmente os de Joinville, da nossa região, os de Araquari que suspenderam a sessão e está aqui o vice-prefeito Paulino e o Clenilson também.

Desejo saudar os empresários; as senhoras aqui presentes. Enfim, quero resumir todos como amigos.

Sr. presidente, vou tomar um pouco do tempo, a honra do título me permite. Quero dizer que uma foto que apareceu no telão tem muita importância para mim. É a foto da formatura da minha irmã. Eu sou o mais novo da família e há uma diferença de 12 anos de idade entre eu e ela. E naquela foto da sua formatura no Magistério estava presente toda a nossa família, meu pai, minha irmã e eu era aquele pequeno que só apareceu a cabeça. Os meus outros irmãos eram todos casados e já estavam distantes de nós. Aquele foi um momento que eu jamais esqueci na minha vida, porque quando foram entregar o diploma à minha irmã, o meu pai me disse que o próximo seria para mim. Eu deveria ter nove anos, e logo em seguida o meu pai veio a falecer, quando eu tinha 10 anos.

Então, ficaram a minha mãe; a minha irmã, que acabara de se formar e estava buscando o seu caminho, a sua trajetória; e eu, com dez anos. E logo a minha irmã programou o seu casamento e de fato casou-se. Aí ficamos a minha mãe e eu, com dez anos, para sustentar a família, manter o nosso pequeno patrimônio e poder construir uma trajetória pela frente.

Os rumos mudaram um pouco. O ingresso que eu iria fazer num colégio particular eu não pude fazer e acabei indo estudar num seminário, levado pelas mãos de um padre polonês amigo nosso - e lógico, também apoiado pela minha irmã. E eu comecei a minha carreira no seminário, depois fui para o colégio agrícola, fiz o 2º grau e formei-me em técnico agrícola.

Mais adiante, quando imaginei que pudesse trabalhar - eu já tinha até arrumado um emprego e foi por detalhes que eu não virei um cidadão VIP também -, quase fui lá perto da tua terra, Cascavel. Como eu tinha um irmão que morava lá, fui acertar o contrato e o salário. Ao voltar a Erechim para buscar a mudança, deixei uma parte da minha roupa lá. Daí a minha irmã disse: "Não! Você vai prestar o vestibular". Deixei a minha roupa lá e acabei vindo para Florianópolis arriscar o vestibular, já sugerido pelos meus amigos que estavam aqui: o Vadico e o Beto Dalacosta. E acabei, então, passando no vestibular e iniciando a minha carreira aqui em Florianópolis, em 1978.

Na faculdade, vocês sabem como é, foram muitos anos de estudo, pois engenharia não é fácil. E depois disso, vocês conhecem a minha trajetória. Lá em Joinville, iniciei no projeto de urbanização das áreas dos mangues, que era um grande problema, e o projeto deu certo.

Nunca tive a pretensão política, nunca imaginei que poderia ocupar um cargo público, mas as coisas foram acontecendo a base de muito trabalho, determinação e sempre com um ideal de poder construir bem.

Quero tomar a liberdade para ler um pequeno discurso que, junto com a minha equipe, preparei, mas ele não consegue refletir a minha emoção, o meu sentimento, o que estou trazendo dentro do meu coração nesta noite.

Mas saúdo os srs. deputados, especialmente a Mesa Diretora, na pessoa do nosso eminente presidente deputado Julio Garcia; saúdo todos os amigos presentes a esta solenidade, os meus familiares, a minha esposa, Dilamar, e os meus filhos: Amábele, Marco Antônio e Venuta.

(Passa a ler.)

"A vida tem-me proporcionado momentos sublimes em inúmeras ocasiões. Hoje é um desses dias de profunda emoção, de rara felicidade, um privilégio impensável. O título ora outorgado é, seguramente, a mais alta honraria a mim conferida.

Preciso dizer muitas coisas a todos os senhores. A primeira delas é que não vejam em mim apenas o cidadão Marco Antônio Tebaldi, o político Marco Tebaldi, o engenheiro, o pai de família, o gremista, o torcedor fanático do JEC e tantas outras coisas que a vida tem-me proporcionado. Mais do que nunca, sou agora, com muito orgulho, o catarinense Marco Tebaldi.

(Palmas)

No íntimo, esse sentimento me contamina há muitos anos e tomou proporções incontroláveis a cada dia, na medida em que Santa Catarina me oferecia oportunidades e desafios.

Hoje é um momento de profunda realização e emoção. No meu íntimo, é um momento de muitas reflexões. O pensamento voa para o passado e percorre cada rosto, cada varanda, cada reunião de família, cada amigo deixado para trás, a escola, as dificuldades, a vida correndo nas veias.

Dos pais, aprendi os principais valores: ética, honestidade e sempre falar a verdade. Nunca ficar preso a um pedaço de chão, mas buscar um mundo novo melhor, seguir os rumos da sua consciência.

Largar tudo e buscar novos horizontes não foi fácil, mas havia nas palavras da família e dos mestres a clareza de que os filhos existem para conquistar o mundo, para brilhar lá fora, para fazer um país melhor. E os amigos e familiares, não precisam estar próximos para estarem juntos. A amizade e o amor vencem o tempo e a distância.

Entre as muitas coisas que gostaria de falar estão as emoções que nos atingem e mexem com nossos corações, quando ampliamos nossas relações humanas, quando nos indignamos com a injustiça, quando nos unimos para construir um ideal, quando nos enraivecemos diante do desapontamento.

Na vida pública aprendemos que a política, o direito, o diálogo, a civilidade são algumas das alternativas que o mundo concebeu contra a força bélica.

O exercício da cidadania nos ensinou que a raiva, uma reação instintiva à injustiça ou à violência, é má conselheira. Essa lição nos mostra dois princípios fundamentais: o de não tomar decisão importante movidos pela raiva e nunca permitir que a raiva se transforme em ódio.

A vida pública também nos colocou muitas vezes à frente de decisões marcadas pelo medo. Essa emoção existe para nos proteger e para ser superada. É o medo que nos mantém

vivos e estabelece os limites, mas não deve paralisar nosso ânimo. Aprendemos que não devemos ter medo de perder. Nenhuma vida é feita só de sucessos. Às vezes, pensamos que ganhamos e perdemos..., às vezes pensamos que perdemos e ganhamos.

Srs. deputados, amigos aqui presentes, acredito que a experiência que Santa Catarina me proporcionou nesses últimos 30 anos, desde quando aqui cheguei para fazer o curso de Engenharia, permite-me olhar para o mar aqui ao lado e proclamar que viver é subir a bordo de uma embarcação que passa por muitos portos, por mares calmos e revoltos. É preciso ter velas e âncoras. Velas para buscar o destino com determinação e coragem e âncoras para aguardar o melhor momento de se lançar ao mar. Enfim, a vida é feita de ousadias e prudências e não há uma resposta objetiva para saber quando ser ousado ou prudente. Se houvesse, a vida seria muito chata. Temos que fazer escolhas. Viver a plenitude da liberdade que temos em nosso país, mesmo que essa liberdade, em situações cada vez mais raras, seja usada para o mal, para o ataque furtivo, invejoso, inexplicável. Esse é o preço da democracia, que até vale a pena.

Srs. deputados aqui presentes, é muito forte a emoção que os senhores me proporcionaram concedendo-me o título de Cidadão Catarinense. Sou grato ao presidente, deputado Julio Garcia, e à Mesa Diretora; sou grato a todos os parlamentares, a esta Casa como um todo.

Faço um agradecimento especial ao amigo e companheiro, deputado Darci de Matos, proponente desta homenagem. Outros sentimentos nos marcam fortemente como o da alegria e da felicidade. Esse privilégio que a Assembléia me proporciona é a oportunidade de dizer que o grande tributo da criação é o de sermos felizes e ajudarmos os outros igualmente a ser. Para isso também não há fórmula ou receita. Cada um é feliz a seu modo. Mas a vida, mais uma vez, ensina-nos que há dois caminhos que costumam dar certo: ser bom e ter ideal.

Outro ensinamento é o de que ninguém é melhor do que ninguém. Podem ser pessoas diferentes, mas não superiores. Lidamos diariamente com gente pobre e gente rica, necessidade e abundância, carente e afortunada, mesmo assim dignas de igual respeito e atenção.

'Um homem só tem o direito de olhar o outro de cima para baixo se for para ajudá-lo', disse o escritor colombiano Gabriel Garcia Marquez. A lição que trazemos de casa desde muito jovem é a nobreza da admiração e a repulsa à inveja. A inveja é querer que o outro não tenha. Admiração é também querer ter, se espelhar no que o outro tem de bom. Ter o próximo como exemplo.

Muitos foram os companheiros de colégio, faculdade, serviço público e da política que nos influenciaram com o sentimento de admiração. Se me permitem, quero citar o ex-prefeito de Joinville, Wittich Freitag, com quem muito aprendi e, infelizmente, não está mais entre nós. Luiz Henrique da Silveira, nosso atual governador, muito nos inspirou como administrador político e, acima de tudo, como idealizador. Há ainda muitos outros que estão hoje aqui nesta cerimônia. São centenas de pessoas admiráveis com quem temos trilhado esse caminho que nos trouxe até aqui.

Por fim, preciso destacar a importância de se ter um ideal, que significa estar comprometido com o bem comum, com o ser humano que está ao nosso lado. O processo da civilização humana, da formação dos povos, das democracias, das organizações sociais é um projeto de assegurar o respeito à diversidade e promover a igualdade.

Caros amigos, digo, mais uma vez, que esse título é certamente a mais importante distinção que recebo em toda minha vida. Isso me provoca um profundo sentimento de orgulho próprio, de minha origem, de meus familiares, de meus amigos da política, do futebol, do futebol e do chimarrão. Nem sei se mereço tanto.

Por isso, e apenas por isso, quero proclamar a todos vocês que estão a meu lado, que esse título de Cidadão Catarinense não é meu individualmente. Pertence a mim e a cada um de vocês que gostam de mim e me transformaram num homem muito feliz.

Viva Santa Catarina."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Como forma de homenagear todos esses joinvilenses, amigos, familiares do prefeito Marco Tebaldi, transfiro a Presidência desta sessão ao deputado Darci de Matos.

(Palmas)

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Convidamos todos para, de pé, ouvirmos o hino de Santa Catarina, executado pela Banda da Polícia Militar, sob a regência do maestro subtenente Giovanni.

(Procede-se à execução do hino.)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com o seu comparecimento.

Antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia onze de setembro do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 18ª reunião ordinária. Presentes os demais membros: Deputado João Henrique Blasi, Deputado Joares Ponticelli, Deputado Pedro Baldissera, Deputado Sérgio Grando em substituição ao Deputado Narcizo Parisotto, Deputado Marcos Vieira, Deputado Cesar Souza Junior, Deputado Darci de Matos e o Deputado Pedro Uczai. Aberto os trabalhos os senhores Deputados passaram a relatar as matérias. O Senhor Deputado Marcos Vieira, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0135.4/07, exarando parecer pelo apensamento aos Projetos de Lei nºs 0112.8/07 e 0387.0/07, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o

Projeto de Lei nº 0123.0/07, exarando parecer pela aprovação, que colocado em discussão, foi cedido para vista em gabinete aos Deputados Pedro Uczai e Professor Sérgio Grando; o Projeto de Lei nº 0335.0/07, exarando voto vista pela aprovação, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0312.3/07, exarando parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado João Henrique Blasi, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs. 0363.3/07 e 0105.9/07, apresentado requerimentos pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Emenda à Constituição nº 0002.0/07, apresentado requerimento pela diligência, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0279.8/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0250.6/07, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; as Mensagens de Veto nºs 0229/07, 0228/07 e 0227/07, exarando pareceres pela manutenção do veto, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por maioria; o Projeto de Lei nº 0285.6/07, exarando parecer pela aprovação com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade;

o Projeto de Lei nº 0359.7/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Joares Ponticelli; o Projeto de Lei nº 0227.7/07, apresentando voto vista pela aprovação, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Cesar Souza Junior; o Projeto de Lei nº 0194.4/07, exarando parecer pela aprovação na forma da emenda substitutiva global, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Baldissera e o Projeto de Lei nº 0006.7/07, apresentando voto vista pela oitiva do autor do Projeto, Deputado Onofre Santo Agostini, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Joares Ponticelli**, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº 0312.2/07, exarando parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Pedro Uczai**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0179.5/07, exarando parecer pelo arquivamento e pelo desapensamento do Projeto de Lei nº 0316.7/07, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Cesar Souza Junior e o Projeto de Lei nº 0317.8/07, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Cesar Souza Junior**, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs. 0105.9/07 e 0249.2/07, apresentado requerimentos pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0326.9/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Uczai. **O Senhor Deputado Darci de Matos**, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs. 0367.7/07 e 0391.7/07, exarando pareceres pela aprovação, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0228.8/07, exarando parecer pela aprovação com emenda modificativa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Resolução nº 0003.4/07, exarando parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Durante a reunião foi concedido espaço para manifestação do Superintendente da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, para divulgar a realização do II Congresso de Direito Administrativo. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 2007.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA, COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, REFERENTE 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA EM 12/09/2007.

Aos doze dias do mês do setembro do ano do dois mil e sete, às nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado Gelson Merísio, foram abertos os trabalhos da primeira reunião conjunta da Comissão de Finanças e Tributação, e Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: Manoel Mota, Décio Góes, José Natal Pereira, Renato Hinnig, Silvio Dreveck, Odete de Jesus e o Deputado Serafim Venzon em substituição ao Deputado Presidente Jorginho Mello. Na Comissão de Educação, Cultura e Desporto estavam presentes: Presidente da Comissão acima epigrafada Darci de Matos, Pedro Uczai, Ada de Luca, O Deputado Serafim Venzon substituiu o Deputado Jorginho Mello, Manoel Mota, Professor Grando e Silvio Dreveck. Convidados o Secretário de Educação Senhor Paulo Bauer e o Secretário da Fazenda do Estado Sérgio Alves, compareceram a reunião conjunta. A pauta da reunião, onde estiveram presentes os dezesseis Deputados, foi inicialmente o artigo 170 da Constituição Estadual. A principal inferências das fundações educacionais de ensino superior é o atraso do Governo em repassar os recursos previstos. Os parlamentares, defenderam a necessidade de regularizar essa situação. De acordo com o Secretário de Fazenda Sérgio Alves, o Governo está empenhado em colocar os pagamentos atrasados em dia e a previsão é de regularizar essa situação até o final do ano. Segundo o Secretário da Educação Paulo Bauer, até 1998 o Governo repassava os recursos de acordo com o orçamento do Estado, sempre referentes ao ano anterior. A partir de 1999, o Parlamento Catarinense transformou os recursos para as instituições em verbas para bolsas de estudos "Foram critérios bem definidos para quem merecia bolsa. Ela é ajuda de custo, mas não podemos comprometer ações para a educação. A

prioridade tem de ser o ensino fundamental", ressaltou Paulo Bauer. Disse também que o atraso nos repasses não é descuido do Governo, mas o cumprimento de uma obrigação Constitucional com o ensino fundamental e que há equívocos. "O artigo 170 destina cinco por cento do total expedido em educação para bolsa de estudos e isso está equivocado. Estamos redigindo uma proposta para uma mudança na Constituição, para adequar o artigo 170 às regras constitucionais vigentes, melhorando o perfil de definição e regulamentação da matéria". O Secretário da Educação defende ainda que deve existir diferentes escalas na destinação das bolsas de estudos, mudando os atuais percentuais de cinquenta por cento e cem por cento para outros percentuais, como trinta por cento para determinados alunos que não necessitam dos percentuais vigentes. Sobre a regulamentação do artigo 171 da Constituição Estadual, que foi amplamente debatida em audiência pública nesta Casa Legislativa na última Segunda-feira, o Secretário Paulo Bauer reiterou a proposta do Governo de destinar vinte por cento dos recursos para bolsas de pesquisa e extensão, vinte por cento para pós-graduação, mestrado e doutorado, trinta por cento para bolsas de estudos para alunos carentes e trinta por cento para formação de professores. Outro assunto abordado na reunião foi a não concessão de licenças-prêmio a professores estaduais. O Secretário disse que a secretaria trancou a concessão para evitar custos com a contratação de professores ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) e para não comprometer o desempenho dos alunos. "Não dá para admitir que os alunos tenham quatro professores em um ano por causa das licenças". Comunicou que esta semana está assinando portaria regularizando a concessão de licenças-prêmio. Poderão usufruir pelos professores com cinco anos de efetivo exercício, gestantes, professores prestes a se aposentarem e aqueles em fase de conclusão de pós-graduação, mestrado e doutorado. O último tema abordado pelos parlamentares, o Secretário de Educação anunciou projeto-piloto de reforço de estudos para alunos que vão prestar vestibular. Conforme projeto de autoria da Deputada Odete de Jesus no ano de dois mil. "Vamos começar por Florianópolis, no Instituto Estadual de Educação, onde serão recrutados dez professores a partir de outubro e também em Joinville, no Colégio Estadual Celso Ramos. Para os Presidentes Gelson Merísio e Darci de Matos, a reunião foi bastante produtiva, principalmente pela garantia de regularização dos repasses do artigo 170, solucionando o desconforto dos alunos com as universidades para efetuarem as matrículas. O Presidente Gelson Merísio inferiu que sobre o artigo 171 a expectativa é aprovar a Lei sobre o assunto em foco, beneficiando rapidamente os alunos que dela vão usufruir. Ato contínuo, o Presidente colocou em votação o requerimento de audiência pública da Deputada Odete de Jesus, que tem como objetivo, apresentar, debater, estudar e esclarecer a não renovação do convênio para manutenção do serviço de abrigamento realizado por entidades do Estado que atendem diversas crianças e adolescentes. A Deputada Odete de Jesus diz que esta solicitação atende a reivindicação da Associações das Entidades Filantrópicas de Santa Catarina, atenta às discussões e aos assuntos de interesse público, já que o conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) recomenda a assinatura do convênio entre o Governo Estadual e as Prefeituras Municipais para entidade de abrigo. Na continuação o Deputado Décio Góes e a Deputada Odete de Jesus apresentaram requerimento solicitando a realização de audiência pública sobre o Projeto de Lei 31/2007, que institui o Fundo Especial da Defensoria Dativa. A solicitação gerou impasse entre os parlamentares. Não havendo consenso entre os membros da Comissão, o Deputado Gelson Merísio, na substituição do Presidente Jorginho Mello, retirou o requerimento de pauta, e informou aos presentes que a solicitação será apresentada na próxima Reunião. O Presidente Darci de Matos, colocou em votação, ata da 6ª Reunião ordinária da Comissão acima epigrafada, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Ato seguinte colocou em votação o Ofício 309/2007/GP, encaminhado pelo Presidente desta Casa Legislativa Deputado Júlio Garcia, atendendo o pedido do Senhor Deputado Maurício Picarelli, Presidente do Parla sul, para indicar um membro dessa Comissão para compor a Comissão permanente parlamentar Sub Regional de Educação e Cultura daquela entidade, que posto em discussão e votação, foi decidido consultar os demais membros, que não estavam presentes na reunião, para viabilizar seus interesses. Seguindo o Presidente colocou em votação o Ofício do Centro Acadêmico Livre, de Ciências Sociais que em nome dos estudantes em mobilização da UFSC, solicitar uma reunião junto a esta Comissão com o Magnífico Reitor Lúcio Botelho, para à próxima reunião desta douta Comissão, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, com o convite para o corpo docente, ponderou o Professor Grando. O presidente agradeceu a seus pares presentes na reunião. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente deu por encerrado os trabalhos da Reunião Conjunta, dos quais, eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicado no Diário desta Assembléia.

DEPUTADO JORGINHO MELLO

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

DEPUTADO DARCI DE MATOS

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 456/2007

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Programa de Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual.

Art. 2º Consideram-se violência sexual, para os fins do disposto nesta lei, os seguintes crimes definidos no Código Penal Brasileiro:

- I - estupro;
- II - atentado violento ao pudor;
- III - posse sexual mediante fraude;
- IV - atentado ao pudor mediante fraude;
- V - sedução;
- VI - corrupção de menores;
- VII - rapto violento mediante fraude;
- VIII - rapto consensual; e
- IX - perigo de contágio venéreo.

Art. 3º O Programa de Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual consiste na assistência médico-legal, médico-assistencial, psicológica, social e jurídica às vítimas dos crimes a que se refere o art. 2º, prestada em hospital previamente conveniado com o poder público.

§1º Nas hipóteses de que trata esta lei, fica assegurado o exercício do direito a que se refere o Código de Processo Penal e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), mediante o transporte especial em veículo descaracterizado, da delegacia policial em que ocorrer a comunicação do fato delituoso até o hospital a que se refere o *caput* e de lá até a delegacia policial de que a vítima tiver sido transportada ou até o local que esta vier a indicar.

§2º A elaboração do Boletim de Ocorrência noticiando a violência sofrida, bem como os exames médicos periciais que se façam necessários ocorrerão, obrigatoriamente, no estabelecimento hospitalar a que se refere o *caput*.

§3º Os exames médicos a que se refere o parágrafo anterior serão executados por profissionais do sexo feminino, nos casos de violência cometida contra mulheres.

Art. 4º O Programa ficará sob a responsabilidade dos seguintes órgãos públicos, a execução e a regulamentação da presente Lei dar-se-á em sessenta dias, após sua publicação:

- I - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão;
- II - Secretaria de Estado da Saúde;
- III - Procuradoria-Geral do Estado;
- IV - Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão deverá firmar convênios com a Secretaria de Estado da Saúde, Procuradoria-Geral do Estado, Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com pessoas físicas, jurídicas, entidades privadas ou entidades vinculadas, para a execução da presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente
Sessão de 20/09/07

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A proposição em questão autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual, pautado nos princípios do Código de Processo Penal e da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Muitas vítimas de violência sexual têm presente traumas decorrentes de complicações físicas e psicológicas somados a delonga no atendimento, que também é outro fator de constrangimento e que muito agrava seu estado já abalado.

Destarte, o projeto apresentado visa colaborar na assistência médico-legal, médico-assistencial, psicológica, social e jurídica às vítimas dos crimes de violência sexual, que muitas vezes, tem receio de serem expostas a novas violências como chacotas e indignidades, que, podem afastar a possibilidade de persecução penal dos agressores, porque estas preferem ficar caladas.

Não há quem desconheça que as ocorrências de abusos sexuais, como nos casos dos denominados crimes contra a liberdade sexual (o estupro e o atentado violento ao pudor) considerados em sua concepção jurídica como crimes hediondos, podem acarretar às suas vítimas, na maioria mulheres jovens e crianças, diversas seqüelas de natureza física, psíquica e emocional.

Não há também quem desconheça que em grande parte e quase sempre, são intimadas as pessoas das camadas mais carentes e humildes da sociedade, como tais, impossibilitados de suportar os custos financeiros do tratamento necessário à sua recuperação, merecendo assim a atenção do Estado na sua ação social protetora, conforme flui do art. 6º da Magna Carta, ao tratar dos direitos sociais.

Por outro lado, a mesma Carta Política estabelece que é direito de todo cidadão e dever do Estado, a preservação da saúde, em seu sentido amplo, consoante se infere do art. 196 da mesma Carta, mormente quando os danos a esta decorrem da ineficácia ou ineficiência das políticas públicas, em especial das ações preventivas de segurança pública e de defesa social promovidas pelo mesmo Estado.

Neste contexto, nada mais justo e correto, que o Poder Público assumira a responsabilidade que lhe é inerente, e de sua parte, como agente do restabelecimento da ordem social violada, procure amenizar o sofrimento das mulheres e crianças vítimas de violência sexual, proporcionando-lhes pronto atendimento e assistência.

Finalmente vale esclarecer, que o projeto uma vez aprovado, não acarretará acúmulo de despesa, não necessitando de aporte financeiro especial, porque para sua implementação se utilizará dos meios e recursos pré-existentes nos órgãos envolvidos.

Pelo acima exposto, contamos com o apoio dos nobres pares e assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 457/07**GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 272**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Saúde o projeto de lei que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame de ecocardiograma nos recém-nascidos portadores de síndrome de Down no Estado de Santa Catarina e adota outras providências".

Florianópolis, 18 de setembro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 20/09/07

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**GABINETE**

EM nº 151 - 07 Florianópolis, 06 AGO 2007

Senhor Governador,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência proposta anexa de Lei Estadual, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame de ecocardiograma nos recém-nascidos com Síndrome de Down", conforme Indicação nº 0127.2/07 da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

De acordo com os pareceres técnicos do Dr. Mário Sérgio Soares de Azevedo Coutinho, médico cardiologista do Complexo Regulador desta Secretaria, e da Gerência de Desenvolvimento de Políticas de Saúde, tal iniciativa reveste-se de relevância social, uma vez que a obrigatoriedade do exame favorecerá a prevenção, através da monitorização precoce de doenças cardiovasculares, muito comuns àqueles que nascem com Síndrome de Down.

Em nosso Estado, a Síndrome de Down tem incidência variando entre 30 e 50 casos anuais e destes, 42 a 44% apresentam anomalias cardíacas. Hoje, os métodos tradicionais para detecção precoce da Síndrome são de fraca sensibilidade, enquanto o ecocardiograma é um método não-invasivo, relativamente barato, e muito sensível para a detecção dessas anomalias cardíacas.

A ecocardiograma bi-dimensional com/sem Doppler está incluída na lista de procedimentos Ambulatoriais (SAI/SUS), sob nº 1401501, com o valor de R\$ 20,48, financiado por meio de teto livre do Estado.

Ainda estão autorizados a realizar este tipo de exame os prestadores de saúde públicos e privados contratados ultra-sonográficos de média complexidade que disponham de profissionais cardiologistas e/ou radiologistas.

Assim, considerando a média estadual de 30 a 50 casos anuais de incidência de síndrome de Down, o valor do procedimento produz um impacto financeiro mínimo (cálculo aproximado variando entre R\$ 614,40 e R\$ 1.024,00 anuais) diante do importante impacto ético-social de atenção à saúde em nosso Estado.

Cabe salientar também, conforme informações trazidas pelo Dr. Mário Coutinho, que um estudo populacional realizado em Atlanta, nos EUA, concluiu que o ecocardiograma realizado nos primeiros dias de vida pode detectar doenças cardíacas congênitas que poderiam passar sem diagnóstico se apenas os métodos tradicionais forem utilizados. Adetecção precoce pode prevenir complicações como a doença vascular pulmonar que pode afetar os resultados de uma eventual cirurgia cardíaca.

Ademais, sob o ponto de vista jurídico, o Projeto de Lei não apresenta qualquer vício que lhe retire a validade.

Dessa forma, segue em anexo proposta de Lei, que submeto à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

LUIZ EDUARDO CHEREM

Secretário de Estado da Saúde

PROJETO DE LEI Nº 457/07

Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame de ecocardiograma nos recém-nascidos portadores de Síndrome de Down no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Todas as crianças recém-nascidas portadoras de Síndrome de Down no Estado de Santa Catarina devem ser submetidas ao exame de ecocardiograma.

Art. 2º Fica garantida a realização do referido exame em todos os estabelecimentos de saúde públicos ou privados credenciados ao Sistema Único de Saúde - SUS, mediante prescrição médica previamente autorizada pelo gestor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 460/2007

Altera o § 3º da lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005

Art. 1º O § 3º do art. 1º da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

§ 3º O vencimento dos cargos integrantes do grupo de atividades de direção e assessoramento superior, código PL/DAS-8, tem como parâmetro remuneratório o fixado para a classe de cargo de Procurador, assegurada à isonomia com a respectivas chefias mediante gratificações."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Julio Garcia
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 20/09/07

JUSTIFICATIVA

A Mesa submete à elevada apreciação de Vossa Excelências o presente Projeto de Lei que tem por finalidade estabelecer tratamento isonômico de vencimentos dos cargos provimento em comissão de Procurador-Geral e Procurador-Geral Adjunto aos demais cargos de código PL/DAS-8, da estrutura de pessoal da Assembléia Legislativa pertencentes ao Grupo de Atividades de direção e Assessoramento superior.

Por tal razão, a Mesa solicita aos nobres pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 037/07****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 273**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto lá elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda o projeto de lei complementar que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual".

Florianópolis, 18 de setembro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**CONSULTORIA JURÍDICA****EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SEF V 081/2007**

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

Através do presente expediente busco encaminhar e submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Lei que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual".

2. A proposta que ora apresento é fruto de ampla discussão no âmbito desta Secretaria de Estado da Fazenda O dispositivo legal inserido na Lei Complementar nº 381, de 2007 (art. 128), **resultará em grande impacto nas finanças estaduais; tendo em vista o reflexo no fluxo de caixa do Sistema Financeiro de Conta Única**, daí a sugestão para alteração do referido dispositivo.

3. Impende destacar, por oportuno, que a sugestão foi analisada pelo Grupo Gestor sendo a sugestão catada por unanimidade como se vê das disposições contidas no Processo nº DIAT 96770/074.

4. Corroborando com tal entendimento, ou seja, pela alteração do artigo 128, da Lei Complementar nº 381, de 2007, destaco a manifestação da Diretoria do Tesouro Estadual, desta Secretaria de Estado da Fazenda que apresenta as justificativas para propor a alteração, nos termos que segue:

" Na lei da reforma administrativa, aprovada recentemente na Assembléia Legislativa, há um dispositivo que resultará em grande impacto nas finanças estaduais, tendo em vista o reflexo no fluxo de caixa do Sistema Financeiro de Conta Única.

Trata-se da redação que foi aprovada para o art. 128 da referida Lei, dispositivo que passará a dispor sobre o Sistema Financeiro de conta única. Pela redação dada, os recursos vinculados ao regime de previdência (administrados pelo IPESC) e ao Fundo de Plano de Saúde serão geridos fora da Conta única.

Quanto ao IPESC, nada a opor. Antes do encaminhamento do projeto à Assembléia Legislativa, já estava prevista a retirada de seus recursos do Sistema de Conta Única, de tal forma que a Diretoria do Tesouro, inserida no processo de discussão, teve conhecimento desse fato e estabeleceu um planejamento, adotado providências para amenizar o impacto da mudança no fluxo da caixa do Sistema.

Contudo, não havia previsão de que o mesmo ocorresse em relação aos recursos do Fundo do Plano de Saúde, de tal forma que fomos surpreendidos com tal alteração.

(...)

Conseqüências altamente negativas derivadas da alteração empreendida se farão sentir, as quais passamos a arrolar (outros reflexos não vislumbrados neste momento poderão ser verificados posteriormente com a entrada em vigor do novo dispositivo):

1. menor disponibilidade de recursos no Sistema - considerando que o crescimento do saldo médio diário do Fundo do Plano de Saúde no primeiro trimestre/2007, em relação ao quarto trimestre/2006, foi da ordem de 35,5% (trinta e cinco inteiros e cinco décimos por cento), podemos prever que o referido saldo no último trimestre de 2007 será de, aproximadamente. R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

(...)

2. fragilização do fluxo de caixa - para execução dos pagamentos de obrigações, nos primeiros 9 (nove) dias úteis do mês, o fluxo de caixa será significativamente sensibilizado, pois há despesas na ordem de R\$ 61.000.000,00 (sessenta e um milhões de reais) será necessário resgatar as aplicações financeiras para o suprimento da conta corrente, pois o ingresso expressivo de recursos no Sistema, ocorre a partir do referido dia.

(...)

3. obtenção de menores rendimentos nas aplicações - as aplicações financeiras das disponibilidades do Sistema Financeiro de Conta única são planejadas de forma a permitir a obtenção de maiores rentabilidades. É evidente que a redução de prazo e valor nas aplicações (pela necessidade de resgate para honrar obrigações do início do mês), diminuirá o poder de negociação junto ao agente financeiro, com redução da rentabilidade média (curto/longo prazo) hoje obtida, que é equivalente a 99,5% CDI.

(...)

4. perda de visibilidade e de controle sobre as operações realizadas pelo Fundo a implementação do Sistema Financeiro de Conta Única exigiu o desenvolvimento de controles financeiros com objetivo de otimizar a receita financeiros. É preocupante a perda de visibilidade e de controle sobre a gestão dos recursos, que será realizada pelo Fundo.

5. aumento do risco para o Estado, pois este é o garantidor do Fundo do Plano de Saúde e pagará suas obrigações (caso o mesmo não possa honrar seu compromissos) sem ter um controle mais efetivo sobre a utilização de seus recursos. O risco é confirmado, pois a Secretaria da Fazenda teve que honrar parcelas vencidas do plano de saúde anterior, no momento de transição, para o plano atual.

6. abre-se o precedente para que outros fundos articulem a retirada de seus recursos e contas do Sistema de Conta Única. Há uma série de órgãos que pleiteiam essa exclusão. Após a sanção dessa lei, e real a possibilidade de se produzir um efeito dominó imediato, com a saída de outras unidades da Conta Única".

5. Considerando as disposições retro citadas, sabese que a exclusão do Fundo do Plano de Saúde implicará em graves conseqüências ao Sistema financeiro de Conta Única com esse esvaziamento, abalando assim, um dos grandes avanços na gestão financeira obtidos na gestão de Vossa Excelência.

na gestão financeira obtidos na gestão de Vossa Excelência.

6. Entretanto, e necessário ressaltar que **permanece assegurada a incorporação da rentabilidade de Fundo do Plano de Saúde**, ou seja, que os rendimentos do Fundo a ele reverterão, impedindo, assim, possa-lhe ocorrer qualquer prejuízo financeiro, uma vez que haverá capitalização permanente.

Por estas razões solicito à Vossa Excelência, na forma do que permite o artigo 71, inciso II da Carta Estadual, dar início ao competente processo legislativo, com o objetivo de sancionar o presente Projeto de Lei.

Na oportunidade reiteramos e Vossa Excelência, votos de distinto apreço.

Respeitosamente,

Florianópolis, 14 de agosto de 2007.

SÉRGIO RODRIGUES ALVES

Secretário de Estado da Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DIRETORIA DO TESOUREO ESTADUAL

Informação nº 080/07 Florianópolis, 13 de abril de 2007.

Assunto: Sistema Financeiro de Conta única

Senhor Secretário,

Na Lei da Reforma Administrativa, aprovada recentemente na Assembléia Legislativa, há um dispositivo que resultará em grande impacto nas finanças estaduais, tendo em vista o reflexo no fluxo de caixa do Sistema Financeiro de Conta Única.

Trata-se da redação que foi aprovada para o art. 128 da referida Lei, dispositivo que passará a dispor sobre o Sistema Financeiro de Conta Única. Pela redação dada, os recursos vinculados ao regime de previdência (administrados pelo IPESC) e ao Fundo do Plano de Saúde serão geridos fora da Conta única.

Quanto ao IPESC, na a opor. Antes do encaminhamento do projeto à Assembléia, já estava prevista a retirada de seus recursos do Sistema de Conta Única, de tal forma que a Diretoria do Tesouro, inserida no processo de discussão, teve conhecimento desse fato e estabeleceu um planejamento, adotando providências para amenizar o, impacto da mudança no fluxo de caixa do Sistema.

Contudo, não havia previsão de que o mesmo ocorresse em relação aos recursos do Fundo do Plano de Saúde, de tal forma que fomos surpreendidos com tal alteração.

Diante de tal fato, cabe a esta Diretoria, considerando as atribuições que lhe foram dadas pela Lei Complementar nº 284/2005, pelo regimento interno desta Secretaria e pela própria Lei da Reforma Administrativa que entrará em vigor, alertar a Vossa Excelência sobre os impactos decorrentes da alteração mencionada.

Antes de apontarmos as conseqüências negativas derivadas da alteração empreendida, cabem algumas considerações sobre a realidade anterior à implantação do Sistema Financeiro de Conta Única, que ocorreu com a edição do Decreto nº. 2.762, de 15 de dezembro de 2004. Com efeito, uma série de circunstâncias perniciosas ao Estado eram verificadas, a saber:

a) falta de visão global das disponibilidades financeiras do Estado;

b) dificuldade de controle financeiro e contábil das inúmeras contas bancárias dos diversos órgãos do Estado, por parte da SEF;

c) recursos financeiros ficam sem utilização em algumas contas bancárias, enquanto há a necessidade de provimento de saldos financeiros em outras;

d) recursos financeiros ficam disponíveis na conta corrente, sem aplicação.

Em contrapartida, com a instituição do Sistema Financeiro de Conta Única ficou constatado que o Estado obteve as seguintes vantagens:

a) melhor gestão de todos os seus recursos financeiros, e não apenas dos chamados recursos do Tesouro;

b) maior disciplina na aplicação financeira das disponibilidades, resultando em melhores rendimentos, uma vez que, além de evitar que fiquem recursos sem aplicação, facilita a negociação das taxas de rentabilidade junto às instituições financeiras;

c) a ampliação da visão das finanças estaduais, o que permite um maior equilíbrio orçamentário e financeiro, bem como mais facilidade no cumprimento das metas de ajuste fiscal do Estado;

d) um maior controle dos valores empenhados, liquidados e pagos, por destinação de recurso, facilitando o cumprimento do disposto no art. 42 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

O crescimento da remuneração financeira alcançado no primeiro ano de implantação do Sistema Financeiro de Conta Única que foi da ordem de 104,47% (cento e quatro inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) em relação à remuneração obtida em 2004, evidenciou que o Estado, anteriormente, tinha perdas significativas de receita, por não possuir, ainda, o referido Sistema.

Outra medida que contribuiu para o aumento da remuneração foi a implantação do cronograma de transmissão de arquivos de pagamento, estabelecendo dias específicos na 2ª quinzena do mês para a liberação de ordens bancárias, que permitiu acúmulo de recursos e o crescimento significativo do saldo médio aplicado.

Conseqüências altamente negativas derivadas da alteração empreendida se farão sentir, as quais passamos a arrolar (outros reflexos não vislumbrados neste momento poderão ser verificados posteriormente com a entrada em vigor do novo dispositivo):

1. menor disponibilidade de recursos no Sistema considerando que o crescimento do saldo médio diário do Fundo do Plano de Saúde no primeiro trimestre / 2007, em relação ao quarto trimestre / 2006, foi da ordem de 35,5% (trinta e cinco inteiros e cinco décimos por cento), podemos prever que o referido saldo no último trimestre de 2007 será de, aproximadamente, R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Excetuados os recursos do Tesouro, O Fundo do Plano de Saúde é o que possui mais recursos geridos através do Sistema de Conta Única.

É importante ressaltar que na legislação do Sistema Financeiro de Conta Única há um dispositivo que permite ao governo utilizar momentaneamente os recursos existentes no Sistema, visando cumprir obrigações do Estado, nos termos do art. 4º, do Decreto nº 2.762, de 15 de dezembro de 2004 (que institui o Sistema Financeiro de Conta Única), abaixo transcrito:

Art. 4º. A Secretaria de Estado da Fazenda fica autorizada a utilizar as disponibilidades de recursos recolhidos à Conta Única para atender a necessidade momentânea de caixa, desde que sejam resguardados os direitos das Unidades Orçamentárias cedentes do recurso.

Da mesma forma, a Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, prevê, em seu art. 123, §3º, a possibilidade de utilização das disponibilidades do caixa do Sistema Financeiro de Caixa Única:

Art. 123. A administração financeira do Estado, a cargo da Secretaria de Estado da Fazenda, observará o princípio da Unidade de Tesouraria e será realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, abrangendo todas as Fontes de Recursos dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

(...)

§ 3º A administração a que se refere o caput deste artigo tem como objetivo:

(...)

III - utilizar eventual disponibilidade para garantir a liquidez de obrigações do Estado ou com o objetivo de reduzir o custo da dívida pública; e

(...)

Com a alteração aqui analisada, o Estado perde, portanto, este grande avanço na gestão financeira, resultando no enfraquecimento do Sistema.

Cabe ressaltar, entretanto, que desde a implantação do Sistema de Conta Única não foram utilizados, em nenhum momento, recursos de terceiros. Esta, aliás, continua sendo a proposta e a intenção da atual gestão do Tesouro do Estado: não utilizar recursos de terceiros.

2. fragilização do fluxo de caixa - para execução dos pagamentos de obrigações, nos primeiros 09 (nove) dias úteis do mês, o fluxo de caixa será significativamente sensibillizado, pois há despesas na ordem de R\$ 61.000.000,00 (sessenta e um milhões de reais). Será necessário resgatar as aplicações financeiras para o suprimento da conta corrente, pois o ingresso expressivo de recursos no Sistema, ocorre a partir do referido dia.

Como exemplo, para o próprio plano de saúde são pagos R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) todo 5º (quinto) dia útil do mês. Na situação atual, o recurso é pago, porém fica dentro do próprio Sistema Financeiro de Conta Única, não alterando o saldo do sistema. A alteração, portanto, afetará o fluxo de caixa.

3. obtenção de menores rendimentos nas aplicações - as aplicações financeiras das disponibilidades do Sistema Financeiro de Conta Única são planejadas de forma a permitir a obtenção de maiores rentabilidades. É evidente que a redução de prazo e valor nas aplicações (pela necessidade de resgate para honrar obrigações do início do mês), diminuirá o poder de negociação junto ao agente financeiro, com redução da rentabilidade média (curto/longo prazo) hoje obtida, que é equivalente a 99,5%/a CDI.

Haverá uma redução na remuneração financeira das disponibilidades do Sistema Financeiro de Conta Única de, aproximadamente, 12% (doze por cento), o que equivale a algo em torno de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) por ano.

4. perda de visibilidade e de controle sobre as operações realizadas pelo Fundo - a implementação do Sistema Financeiro de Conta Única exigiu o desenvolvimento de controles financeiros com objetivo de otimizar a receita financeira. É preocupante a perda de visibilidade e de controle sobre a gestão dos recursos, que terá realizada pelo Fundo.

5. aumento do risco para o Estado, pois este é garantidor do Fundo do Plano de Saúde e pagará suas obrigações (caso o mesmo não possa honrar seus compromissos) sem ter um controle mais efetivo sobre a utilização de seus recursos. O risco é confirmado, pois a Secretaria da Fazenda teve que honrar parcelas vencidas do plano de saúde anterior, no momento de transição para o plano atual.

6. abre-se o precedente para que outros fundos articulem a retirada de seus recursos e contas do Sistema de Conta Única. Há uma série de órgãos que pleiteiam essa exclusão. Após a sanção dessa lei, é real a possibilidade de se produzir um efeito dominó imediato, com a saída de outras unidades da Conta Única.

O alerta foi dado de maneira veemente pelo Senhor Jânio de Medeiros, Gerente do Tesouro do Estado e funcionário desta Secretaria há muitos anos, pelos e-mails anexos, nos quais constam de forma clara as implicações e valores do impacto causado pela retirada dos recursos do Fundo do Plano de Saúde do Sistema Financeiro de Conta Única.

Diante de todo o exposto, sugerimos que haja um estudo técnico e jurídico urgente, para que a Secretaria de Estado da Fazenda posicione-se, pois compete a ela a gestão financeira dos recursos estaduais, a qual está seriamente comprometida em virtude da redação dada ao dispositivo já mencionado.

Era o que tínhamos a informar.

Ricardo Alves Rabelo
Diretor do Tesouro Estadual

De acordo

Ao Grupo Gestor de Governo, para conhecimento e deliberação.

Sérgio Rodrigues Alves

Secretário de Estado da Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Grupo Gestor de Governador

Ofício GG nº 132/07 Florianópolis, 4 de junho de 2007

Excelentíssimo Senhor

IVO CARMINATI

Secretário da Coordenação e Articulação

NESTA

Senhor Secretário,

Em atenção as informações constantes do processo DIAT 96770/074, referentes a Lei da Reforma Administrativa que em seu art. 128 dispôs que os recursos do Fundo do Plano de Saúde dos servidores passarão a serem geridos fora do Sistema de Conta Única, os Membros do Grupo Gestor de Governo, considerando as ponderações da Diretoria do Tesouro Estadual (informação 080/07), com destaque para o fato de que não haverá qualquer prejuízo ao Fundo, ao contrário, com as atuais aplicações concentradas a margem de lucro certamente é maior, atuem pela manutenção dos recursos do Fundo do Plano de Saúde dos Servidores no Sistema de Conta Única, devendo a Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação adotar as devidas providências urgentes para alteração da referida norma.

Atenciosamente,

SÉRGIO RODRIGUES ALVES

Secretário da Fazenda

IVO CARMINATI

Secretário da Coordenação e Articulação

ADRIANO ZANOTTO

Procurador Geral do Estado

ALTAIR GUIDI

Secretário do Planejamento

ANTÔNIO MARCOS GAVAZONNI

Secretário da Administração

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 037/07

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 128, *caput* e o § 1º, da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 128. A administração financeira do Estado, a cargo da Secretaria de Estado da Fazenda, observará o princípio da Unidade de Tesouraria e será realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, abrangendo todas as Fontes de Recursos dos órgãos e entidades do Poder Executivo, exceto aquelas vinculadas ao regime próprio de previdência. (NR)

§ 1º Serão objeto de centralização em Conta Única todas as receitas orçamentárias e extra-orçamentárias, tributárias e não-tributárias, dos órgãos e entidades do Poder Executivo, exceto aquelas vinculadas ao regime próprio de previdência. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETOS DE RESOLUÇÕES

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/07

Altera a Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 003, de 31 de janeiro de 2006.

Art. 1º O parágrafo único do art. 7º e o art. 18, *caput*, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 003, de 31 de janeiro de 2006, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 7º....."

§ 1º As atividades das Procuradorias Jurídica, Finanças e Legislativa serão Coordenadas pelo Procurador-Geral e, nos casos de afastamento legal ou impedimento, pelo Procurador-Geral Adjunto.

§ 2º O exercício dos cargos de que trata o parágrafo anterior é privativo de servidor efetivo da carreira de Assessoria Institucional do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Art. 18. A Diretoria Geral, a ser exercida, privativamente, por servidor titular de cargo de provimento efetivo da carreira de Assessoria Institucional ou do Grupo de Atividades de nível Superior do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, compete, especialmente:

Art. 2º Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Julio Garcia - Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 20/09/07

JUSTIFICATIVA

A Mesa submete à elevada apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Resolução que visa a redefinir a coordenação das atividades das Procuradorias Jurídicas, Finanças e Legislativa deste Poder, bem como a restringir o exercício das mesmas e da Diretoria Geral a servidores efetivos da carreira de Assessoria Institucional do Quadro de Pessoal.

Tal modificação atenderá aos interesses da administração desta Casa, pois se entende que aquelas atividades devam ser exercidas, privativamente, por servidores integrantes do Quadro de Pessoal permanente deste Poder que detenham a confiança da Mesa.

Por estas razões a Mesa solicita aos nobres pares aprovação do presente Projeto de Resolução.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/07

Altera a Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 31 de janeiro de 2006.

Art. 1º O inciso IX do art. 2º da Resolução nº 002, de 11 de janeiro, alterada pela Resolução nº 004, de 31 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º....."

IX - função de confiança: conjunto de atribuições classificadas segundo a natureza e o grau de responsabilidade conferida a servidor por critério de confiança. (NR)"

Art. 2º Fica acrescido ao inciso XV ao art. 2º da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 31 de janeiro de 2006, com a seguinte redação:

"Art. 2º....."

XV - comissão legal: conjunto de atribuições conferidas a servidor por participar de órgão de natureza especial."

Art. 3º Fica acrescido o art. 6º A à Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 31 de janeiro de 2006, com a seguinte redação:

"Art. 6ºA. Para ocupar os cargos de Procurador-Geral e de Procurador-Geral Adjunto, integrantes do grupo de atividades de direção e assessoramento superior, o servidor deverá preencher os seguintes requisitos, cumulativamente:

I - ser titular de cargo de provimento efetivo da carreira de assessoria Institucional;

II - estar inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil há pelo menos cinco anos; e

III - ter averbado título de pós-graduação nas áreas de direito, administração, ciências contábeis ou ciências econômicas."

Art. 4º O art. 19 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 31 de janeiro de 2006, com a seguinte redação:

"Art. 19. O servidor que estiver no exercício de cargo de provimento em comissão ou de função de confiança, somente poderá receber mais uma atribuição pecuniária, a título de gratificação, exceto as de insalubridade e da função de confiança PL/FC-6 do Anexo III-A, quando integrar comissão legal, ressalvada a opção pelo recebimento da gratificação conforme o art. 92 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985. (NR)"

Art. 5º Ficam acrescidos ao Anexo II da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 31 de janeiro de 2006, um cargo de Procurador-Geral, código PL/DAS, nível 8, e um cargo de Procurador-Geral Adjunto, código PL/DAS, nível 8.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Julio Garcia - Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 20/09/07

JUSTIFICATIVA

A Mesa submete à elevada apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Resolução que visa a acrescentar ao Anexo II da Resolução nº 002, de 11 de janeiro 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 31 de janeiro de 2006, um cargo de Procurador-Geral, código PL/DAS-8, e um cargo de Procurador-Geral Adjunto, código PL/DAS-8, passando assim a integrarem o grupo de atividades de direção e assessoramento superior do Quadro de Pessoal deste Poder Legislativo, assim como a estabelecer os requisitos necessários para o seu preenchimento.

Para atender aos interesses da administração da Casa, entende a Mesa que, para ocupar tais cargos, o servidor deverá ser titular de cargo de provimento efetivo da carreira de Assessoria Institucional, estar inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil há pelo menos cinco anos, e ter averbado título de pós-graduação nas áreas de direito, administração, ciências contábeis ou ciências econômicas.

É dada nova redação ao inciso IX do art. 2º daquele Diploma Legal, de modo a conferir novo conceito de função de confiança, que passa a ser identificada, então, como o conjunto de atribuições classificadas segundo a natureza e o grau de responsabilidade conferida a qualquer servidor da Casa com base no critério de confiança da Mesa.

Pela proposta, também, é acrescentado o inciso XV ao art. 2º da Resolução nº 002/06, para o fim de conceituar expressamente o termo "comissão legal", sem definição até então, como sendo o conjunto de atribuições conferidas a servidor desta Assembléia Legislativa por participar de órgão de natureza especial.

Por fim, é alterada a redação do art. 19 da Resolução nº 002/06, excetuando-se, assim, também, a função de confiança de Chefia da Consultoria Legislativa da restrição a que alude o dispositivo.

Por estas razões a Mesa solicita aos nobres pares a aprovação do presente Projeto de Resolução.

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO N. 006, DE 2007

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XV, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Dá nova redação ao inciso II do art. 4º da Resolução nº 011, de 2003, alterado pela Resolução nº 007, de 2006, que institui e regulamenta Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar e adota outras providências.

Art. 1º Fica alterado o inciso II do art.4º da Resolução nº 011, de 21 de outubro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º....."

II - locomoção do parlamentar ou de servidor que lhe preste assessoria, através de locação de meios de transporte; combustíveis utilizados no veículo locado; (NR)

.....”
 Art. 2ª Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 20 de setembro de 2007
 Deputado Julio Garcia
 Presidente
 *** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 287/07

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Itajaí.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Itajaí, a área de cento e quarenta mil, cento e vinte e seis metros e oitenta e sete decímetros quadrados, matriculada sob o nº 26.103 no 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei tem por objetivo viabilizar a construção da Unidade Prisional do Vale do Itajaí, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 4.394, de 09 de setembro de 2005.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 297/07

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Brusque.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brusque, pelo prazo de cinco anos, no Município de Brusque, o uso gratuito de uma área com trezentos metros quadrados, parte do imóvel registrado sob o nº 11.689 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau e cadastrado sob o nº 00341 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo a instalação da sede da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brusque, com o intuito de proporcionar local adequado ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao concessionária, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 306/07

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Joinville.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, no Município de Joinville, pelo prazo de dez anos, ao Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, parte do imóvel onde funciona o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, constituído por um terreno com área total de um mil, setecentos e noventa metros quadrados, com benfeitorias, matriculado sob o nº 19.770 no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Joinville e cadastrado sob o nº 00572 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo regularizar a atual ocupação do imóvel pelo Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, visando à continuidade dos serviços de apoio e filantropia ao Hospital.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao concessionário, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do concessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º O concessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, o concessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e do concessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogada a Lei nº 9.714, de 30 de setembro de 1994.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 334/07

Declara de utilidade pública a Associação Clube Esportivo e Cultural Caravana de Santo Antônio - ACECSA, do Município de Ituporanga.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Clube Esportivo e Cultural Caravana de Santo Antônio - ACECSA, com sede e foro no Município e Comarca de Ituporanga.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 007, DE 2007

Dá nova redação ao inciso II do art. 4º da Resolução nº 011, de 2003, alterado pela Resolução nº 007, de 2006, que institui e regulamenta Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar e adota outras providências.

Art. 1º Fica alterado o inciso II do art. 4º da Resolução nº 011, de 21 de outubro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.....
 II - locomoção do parlamentar ou de servidor que lhe preste assessoria, através de locação de meios de transporte; combustíveis utilizados no veículo locado; (NR)”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***